

Trabalho de Conclusão de Curso

**RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E TRANSIÇÃO:
“A FORÇA DO POVO” EM LAGES-SC (1977-1982)**

Fabiano Garcia

Florianópolis
2013

Fabiano Garcia

**RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E TRANSIÇÃO:
“A FORÇA DO POVO” EM LAGES-SC (1977-1982)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História como requisito parcial para obtenção de título de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Garcia, Fabiano

Rupturas, permanências e transição: “a força do povo” em Lages – SC (1977 – 1982) / Fabiano Garcia; Orientador, Adriano Luiz Duarte – Florianópolis, SC, 2013. 76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História
Inclui referências

1. História 2. História Social 3. Política 4. Sociedade.
I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, na Sala 302 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Adriano Luiz Duarte**, Orientador e Presidente, pela Professora **Sônia Aparecida Branco Beltrame**, Titular da Banca, e pelo Professor **Henrique Luiz Pereira Oliveira**, Suplente, designados pela Portaria nº 39/TCC/HST/13 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüírem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Fabiano Garcia**, subordinado ao título: “**Rupturas, permanências e transição: 'a Força do Povo em Lages'**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Adriano Luiz Duarte**, a nota final 10,0, da Professora **Sônia Aparecida Branco Beltrame**, a nota final 10,0, e do Professor **Henrique Luiz Pereira Oliveira**, a nota final 10,0, sendo aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva ao Departamento de História até o dia 17 de julho de 2013. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 12 de julho de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. **Adriano Luiz Duarte** 

Prof.a **Sônia Aparecida Branco Beltrame** 

Prof. **Henrique Luiz Pereira Oliveira** 

Candidato **Fabiano Garcia** 

Este trabalho é dedicado em memória de Maria Salete Varela, que foi minha mãe e viveu. Foi professora de escola pública, mulher e trabalhadora. A ela devo o sangue bugre, caboclo, o gosto pela música e ter aprendido a “nunca dizer nunca”.

Agradecimentos

Eis o espaço das injustiças. Injusto porque jamais contemplaria de forma apropriada as diversas pessoas que se apresentaram, nos mais variados momentos, nos intervalos da necessidade, do desespero e das contingências e que me foram totalmente caros, embora muitas vezes nem saibam. Contudo, com enorme risco de esquecer alguns nomes, devo reconhecimento e apreço a algumas pessoas de forma que não poderia deixar de mencioná-las neste espaço.

A começar pelos responsáveis pela minha base material e afetiva. Ao meu pai, Júlio César e minha “mãedrastra”, Marilene. Ímpares porque ofereceram as condições para realização deste trabalho, dos cafés aos inúmeros “toques de recolher” para dormir mais cedo (sem sucesso). A meus irmãos Juliano e Adriano pelas situações memoráveis que passamos, boas e ruins, das quais tomei lição para a vida. A eles o meu reconhecimento. Obrigado!

Em segundo lugar, devo citar os excelentes amigos e amigas que tenho. Aqueles cuja estima carrego há tempos: Júlio Gabriel e Sebastião Gaudêncio (fundamentais). Há também as pessoas que conheci e criei forte vínculo de amizade durante minha trajetória acadêmica e em Florianópolis, certamente vocês me proporcionaram os momentos mais formidáveis nos últimos anos. Em especial aos “*tripasequianos*”, grupo de desregrados que já apontam para seu desajeitado destino e à turma “2008.02”, seus personagens manifestos e todo o esforço mútuo: Leticia Gondim, Gustavo Pontes, Cássila, Marilene Félix, Isabella, Wellinton Correa, Vinicius Gomes. Salve, salve!

Ainda durante a graduação, nas primeiras fases, encontrei e fui encontrado por uma pessoa peculiar, com quem dividi inenarráveis e indeléveis momentos de companheirismo e a quem eu devo um afetuoso agradecimento. Thays, do planalto catarinense, às montanhas peruanas, nas serras argentinas, colhemos bons e belos frutos, não é? Nos interstícios de um relacionamento profícuo, aprendi e desaprendi. Este trabalho possui marcas singulares de inúmeras conversas, de diferentes ocasiões e do convívio afável com Thays. Por isso tudo, sou muitíssimo grato.

Aos professores e professoras do departamento de História da UFSC, dos quais trago boas lembranças desde o dia 04 de agosto de 2008. De forma particular, devo agradecer a Adriano Luiz Duarte pelas orientações neste trabalho, além da paciência, pelas aulas e conversas com “os pés no chão”, a Henrique Pereira Oliveira pela maestria,

exemplo de modéstia acadêmica e preocupação com o ensino, além de atender de forma solícita os chamados de urgência no processo deste trabalho. A Cristina Scheibe pela disponibilização de material para a pesquisa. De forma indireta outros professores também colaboraram na minha formação, principalmente pela qualidade no exercício de seus ofícios: Beatriz Mamigonian, Lauro Mattei e Doroti. A todos e todas, muito obrigado!

Devo também mencionar o núcleo do Observatório de Educação do Campo II, projeto que me proporcionou inúmeras e boas experiências de trabalho coletivo. Pude, durante três anos, conhecer um pouco mais sobre o interior de Santa Catarina e ligar inquietações acadêmicas com anseios políticos. Portanto, agradeço de forma especial a todo grupo do projeto *“realidade das escolas do campo no Sul do Brasil”* e a Soninha, serrana, que “ainda lida com essas coisas” com zelo e arte. Guardarei boas recordações dos muitos pães de milho, conversas em roda de chimarrão e das epopeias pelo sul do Brasil com o “inefável grupo” que tanto me tolerou e acolheu durante o processo deste trabalho.

Aos lageanos que me receberam de forma acolhedora e solícita. Raul Arruda Filho, admirável pelo seu inestimável amor aos livros e a leitura, pelas conversas de bar e inúmeros ensinamentos. As pessoas que me concederam entrevistas das quais aprendi um bocado sobre a história de Lages: Ari Martendal, Airton Miguel de Oliveira, Carlos Luís Peron, José Cardoso de Souza, Paulo Tarso. À Carla do Museu Thiago de Castro, às bibliotecárias da Biblioteca Municipal de Lages ao Gilson da Fundação Cultural de Lages, Ana Helena Carneiro e Daniela Carneiro do Instituto Dirceu Carneiro. Muito obrigado!

Enfim, merece ser enfatizado o fato desse trabalho ser resultado de uma trajetória de quatro anos e meio em uma universidade pública. Foi uma excelente oportunidade ter acesso a um espaço tão rico e diverso, conhecer tantos trabalhos de extensão, pesquisas, debates, festas, assistir shows e peças de teatro. Meu mais sincero reconhecimento e respeito àqueles que há tempos lutam pelo espaço público, gratuito e de qualidade.

Resumo

Este trabalho discute e problematiza uma gestão municipal que ocorreu na cidade de Lages, Santa Catarina - uma experiência que foi desenvolvida durante os anos de abertura política da ditadura militar (1974-1985), entre os anos de 1977 e 1982. A gestão foi formada, sobretudo, por uma equipe de jovens, que através do partido de oposição, o MDB, tentaram implementar uma gestão de “democracia participativa”. Para isso, a monografia inicia com um breve histórico da cidade, enfatizando questões gerais, principalmente ligadas a economia e política. Na segunda parte analisa a gestão dialogando com o seu contexto, refletindo a ascensão da sociedade civil em oposição ao regime militar no final dos anos 1970.

Palavras-chave: Lages. “A força do povo”. Ditadura Militar.

Resumen

Este trabajo discute y problematiza una gestión municipal que ocurrió en la ciudad de Lages, Santa Catarina - una experiencia que se desarrolló durante los años de la apertura política de la dictadura militar (1974-1985) entre los años 1977 y 1982. La gestión se formó principalmente por un equipo de jóvenes que a través del partido de la oposición, el MDB, gestión intentó poner en práctica una "democracia participativa". Para esto la monografía comienza con una breve historia de la ciudad, haciendo hincapié en las cuestiones generales, principalmente relacionados con la economía y la política. La segunda parte examina la gestión del diálogo con su contexto, lo que refleja el surgimiento de la sociedad civil en la oposición al régimen militar a finales de 1970.

Palabras clave: Lages. "El poder de la gente". Dictadura Militar.

Sumário

Uma nota introdutória: impasses da pesquisa	11
1. Capítulo 1	16
1.1 Esclarecimentos	16
1.2 O lugar	18
1.3 O arvorecer dos Ramos: ascensão e consolidação da classe política dominante	23
1.4 O início do fim de um ciclo econômico e político	29
2. Capítulo 2	36
2.1 Eis que havia “uma pedra no caminho”	36
2.2 A virada política – 1974	40
2.3 O MDB em Lages 1972-1977	45
2.4 Prelúdios a “força do povo”	47
2.5 “A força do povo” – o MDB em Lages 1977-1982	50
2.6 Rupturas, permanências, transição.	57
Considerações finais	65
Referências bibliográficas	69

Uma nota introdutória: impasses da pesquisa

Quem caminha atualmente pelo centro da cidade de Lages, no interior de Santa Catarina, talvez não perceba que é possível enxergar alguns recortes da memória local, sobretudo, política, na constituição do seu espaço urbano. As referências do centro do município estão ligadas às Igrejas no que constitui hoje seu patrimônio arquitetônico, cultural e simbólico (Catedral diocesana, por exemplo), aos prédios públicos como o da Prefeitura, o hospital, colégios públicos e particulares, ao patrimônio privado de instituição como bancos, do comércio e afins, além das casas dos seus habitantes. Mas é em algumas praças, bustos e memoriais que as peculiaridades do processo político pelo qual passou a cidade se materializam de forma bem particular: ressaltam as consequências entre o que se quis constituir politicamente (intenção) e o que realmente se efetivou (processo). Evidencia que os que estiveram à frente do poder público, na “confusão” entre público e privado (o chamado patrimonialismo), garantiram seu “domínio” e associaram seus nomes ao processo de constituição da cidade, cimentando-os de diversas maneiras.

Destacam-se os nomes de famílias tradicionais nas efemérides que vão desde nomes de ruas e avenidas, até um memorial instalado no seio da cidade (Memorial Nereu Ramos), além de outros monumentos que ressaltam a “importância” daqueles homens públicos que se articularam na política partidária e que fizeram parte, de diferentes maneiras, naquilo que se sucedia em âmbito estadual e nacional, através de práticas que envolvem o mandonismo, clientelismo, o patriarcalismo, acompanhando os diferentes regimes da República para tornar viáveis seus próprios arranjos. E nisto reside, pressuponho, a forma como se gestou e se alimentou a ideia e a prática política partidária local até a década de 70. Daí em diante é possível afirmar, no mínimo, que a cidade passou a contar com outros fatores alheios ao que até então se tinha presente, economicamente, politicamente e socialmente falando.

O trabalho que segue não tem por objetivo discutir, ainda que se apresente como uma questão muito interessante, essa relação das mudanças políticas com a constituição patrimonial e arquitetônica da cidade¹. Até porque não diz respeito exclusivamente à cidade de Lages,

¹É importante registrar que ao “ajustar as lentes” é possível citar, evidentemente, outros espaços públicos da cidade, constituídos por diferentes classes em diferentes momentos, mas este registro da memória política tradicional da cidade feito inicialmente diz respeito às indagações que serão apresentadas mais a frente e por isso a ênfase nestas e não àquelas. Há inclusive de se ressaltar a falta de preservação em relação ao patrimônio histórico na cidade por

sendo característica do próprio processo histórico brasileiro: a presença das Igrejas, dos patrimônios públicos, de diferentes poderes, a manutenção da memória pelas “elites” e aí por diante. Mas sim tentar compreender, além de outras questões, o momento histórico que marca a ruptura com as tradicionais práticas políticas, especificamente a partir da gestão que ficou conhecida (inclusive nacionalmente), como “a força do povo”, que foi de 1977 a 1982, e que através da concepção de *participação popular*, tentou criar mecanismos para quebrar com diversas práticas locais, tradicionalmente consolidadas no poder público.

Foi um momento no qual surgiram novos personagens na relação de forças políticas, além dos partidos, e se ampliou o rol de projetos em relação à cidade, sobretudo, com caráter popular, deslocando o eixo político do centro para lugares periféricos, estes últimos a sua principal área de atuação, com projetos populares de habitação, educação, saúde, projetos culturais, teatro, mostras de campo, incentivo a criação de associações de moradores, de hortas comunitárias, núcleos agrícolas, mutirões, entre outros.

A escolha do teor dessa nota introdutória não é meramente ilustrativa. Diz respeito às minhas próprias indagações, de quem nasceu e cresceu na cidade e que por dezoito anos não teve nenhum contato com essa “outra memória” política, nem acesso aos registros do que foi a gestão que teve a frente o prefeito Dirceu Carneiro e seus impactos na cidade. Pelo contrário, ironicamente, os sinônimos de Lages até então eram marcados por famílias tradicionais, terra, madeira, gado e pinhão. Quem dá nome, por exemplo, aos principais colégios públicos e históricos do centro da cidade?² Enfim, o que geralmente é notabilizado, é uma história tradicional “esvaziada” de gente, sem trabalhadores, sem gente comum, ou que quando são tratados, surgem adjetivados como submissos ou neutros ao processo histórico. Como coloca Zilma Peixer: “nos momentos em que esses caboclos são mencionados, eles aparecem, com algumas exceções, como ‘vilões sociais’ ou ‘vilões do progresso’³”.

parte do poder público nos últimos anos, como foram os casos da derrubada do carvalho, árvore histórica da cidade e do desabamento do casarão da Rua Nereu Ramos, construído em 1883. Sobre as imbricações entre política e a urbanização em Lages ver: PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: Uniplac, 2002.

² No centro da cidade há três colégios públicos, instalados em prédios históricos: Centro Educacional Vidal Ramos Junior, Colégio Vidal Ramos e Colégio Estadual Aristiliano Ramos. Este último, por conta da sua situação calamitosa está interditado e há como indicativo a sua demolição. O segundo também encerrou suas atividades recentemente, está passando por uma reforma e abrigará um centro cultural.

³ PEIXER, Zilma Isabel. *Op. Cit.* p.43.

Tenho como inquietação, portanto, compreender como foi possível o desenvolvimento de uma experiência de participação popular em Lages, após anos de hegemonia política das “elites” locais, qual (is) seu(s) significado(s) histórico(s), e os porquês dessa *desmemorialização* e da ainda, resistente permanência da memória da cidade ligadas às oligarquias. Por um lado, não tenho clareza de todos os problemas envolvidos nessas questões, que são amplas, específicas e complexas; mas de outro, pressuponho que o assunto merece uma atenção especial e análises dedicadas a compreendê-las, e desta forma, este trabalho tenta oferecer alguma coisa nesse sentido.

Durante a pesquisa entrei em contato com a família do ex-prefeito Dirceu Carneiro e tomei conhecimento do instituto que leva seu nome. O primeiro contato foi mediado por uma de suas filhas, mas não consegui conhecer o acervo, pois não estava organizado e disponível para pesquisa. Algum tempo depois, entrei novamente em contato e nessa segunda oportunidade o acervo me foi apresentado⁴. Na ocasião ficou claro que eu não daria conta de conhecer o universo de fontes disponíveis, tamanho a quantidade de documentos. Dessa forma, tive que pensar em alternativas para o trabalho, que deveria ser realizado em poucos meses. Isso acabou tendo uma importância ímpar para definição das fontes.

Após consultar alguns bancos de dados e bibliografias, notei que há muitos trabalhos, principalmente dissertações de mestrado, sobre a gestão “a força do povo”. O que dá para se observar, de antemão, é que várias pessoas que estiveram envolvidas naquele processo, direta ou indiretamente vinculadas com a “Equipe Dirceu Carneiro” seguiram suas vidas e em algum momento voltaram-se ao meio universitário e acabaram aproveitando a experiência desenvolvida em Lages para refleti-la em suas pesquisas (até porque alguns já tinham formação acadêmica). Estes trabalhos discutem uma gama enorme de temáticas e dão conta de compreender factualmente aquela gestão municipal, contextualizando-a, questionando-a, enfim, são trabalhos de fôlego com rigor teórico e metodológico⁵. Peixer, ao se referir aos estudos realizados sobre o assunto coloca que:

⁴ Dirceu Carneiro foi vice-prefeito, prefeito e deputado federal, portanto, acumula um bom número de documentos atualmente em caixas, sem numeração e com poucas identificações. Um dos principais motivos da mudança do enfoque deste trabalho está associado a não organização deste arquivo, que certamente tem um valor histórico enorme para os pesquisadores de diversas áreas, mas que infelizmente tem acesso restrito.

⁵ QUINTEIRO, Jucirema. *A “Força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo, esta experiência?* Dissertação de mestrado em Filosofia da educação. São Paulo: PUC, 1991;

Em todos os trabalhos, além da caracterização geral, enfoca-se o caráter pioneiro da participação popular na administração pública, ressaltando-se as análises políticas sobre o populismo, clientelismo, sistema partidário local e o enfoque sobre os programas de educação, considerado como o melhor projeto da administração⁶.

Logo, não caberia aqui explicar o que foi a “democracia participativa” em Lages, visto que muitos outros trabalhos já tiveram este intento e o fizeram, em seus termos, com êxito. O que de fato se abre como possibilidade, a meu ver, é analisar e refletir através de uma perspectiva histórica, alguns elementos que podem ter sido pouco trabalhados ou trabalhados sob outras perspectivas que diferem muito do trabalho peculiar do historiador. Neste caso, ao se valer dos conhecimentos e discussões específicas da disciplina de História, dos seus domínios, acredito oferecer aqui outras questões que podem vir a colaborar com as discussões já realizadas anteriormente ou para levantar outras perguntas que possam por ventura serem feitas.

Portanto, diante do “esquecimento” e da questionável memória oficial na cidade, ligada aos coronéis e as famílias tradicionais, os registros da “força do povo” acabam entrando, a meu ver, no campo de batalha por um determinando tipo de memória. Batalhas onde “as areias são sempre movediças”⁷. Assim, cabe refleti-los criticamente como fonte, contextualizando-os, problematizando-os, ao passo em que se

SILVA, Elizabeth Farias da. *O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982)*. Dissertação de Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1985; SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Mostras do campo de Lages: educação e cultura na democracia participativa (1977 – 1983)*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2004; MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região serrana*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990. CALAZANS, Maria Julieta C. et. Al. *Produção de educação e cultura popular – a experiência de Lages 1977-1982*. Florianópolis: FAPEU, 1983. SCHEIBE, Cristina. *Associação de Bocaina: uma conquista dos agricultores*. Projeto Universidade na Roça: UFSC, 1988. Sobre outro contexto, merece serem acrescentados os trabalhos de Carlos Alberto Lenzi, um estudo do poder oligárquico em Lages (1977), Dissertação de mestrado em direito pela UFSC e José Ari Celso Martendal, sobre a inclusão dos caboclos na indústria madeireira (1980), este último uma dissertação pela Fundação Getúlio Vargas, RJ.

⁶ PEIXER, Zilma Isabel. *Op. Cit.* p.166.

⁷ A frase é de Daniel Aarão Reis, colocada em outro contexto, mas que acreditamos também fazer sentido aqui. REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.30.

discutem aspectos daquela experiência que ocorreu no interior de Santa Catarina e sua importância, enquanto tentativa de descentralização política local e “agente facilitador” da relação entre sociedade civil, suas demandas e o poder público, tentando situá-la em seu contexto histórico.

Finalmente, cheguei então aos contornos finais das questões deste trabalho, apresentadas em dois capítulos. Um primeiro que apresenta o histórico da cidade e dá conta de compreender minimamente os *porquês* de a memória local ser tão associada às elites econômicas e políticas. Realizei um esforço para tentar delinear o histórico da cidade e a formação da classe dominante, bem como sua presença na política e no poder público local. No segundo capítulo discutem-se algumas questões da ditadura militar, a virada política da década de 1970, refletindo o contexto histórico. São dados bem gerais envolvendo a esfera política, econômica e social. Nas idas e vindas, avanços e recuos, é o resultado do que foi possível, no curto espaço de tempo desta pesquisa.

Capítulo 1

Esclarecimentos

Esse trabalho possui um recorte temático específico, envolvendo também um recorte temporal e espacial. José Carlos Reis enfatiza que “todo trabalho de história é uma organização temporal: recortes, ritmos, periodizações, interrupções, sequências, surpresas, imbricações, entrelaçamentos”⁸. O tempo aqui é limitado entre os anos 70 e início dos anos 80 do século XX, especificamente de 1977 a 1982, circunscrito em um contexto, que é o período da ditadura civil militar brasileira (1964-1985). Em relação ao recorte espacial, pelo menos no que diz respeito ao lugar que gerou as primeiras questões da pesquisa, ele está associado a uma cidade do interior de Santa Catarina: Lages, um município localizado no planalto serrano, do qual faremos um breve histórico no tópico seguinte.

Contudo, antes devemos fazer algumas observações importantes. Primeiro: ao levantar a produção bibliográfica sobre Lages, nos deparamos com alguns trabalhos que geralmente acabam sendo a bibliografia básica para quem for estudar a história da cidade. Entre estes estão, por exemplo, a até então insuperável (em número de páginas) obra de Licurgo Costa *O continente das Lagens* (1982), além dos trabalhos de Paulo Ramos Derengoski e Claudio Silveira, o primeiro jornalista e o segundo ligado ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e editor-chefe da revista *História Catarinense*. Esses trabalhos são o que podemos chamar de “abordagens locais tradicionais”, segundo definição de Cristina Wolff⁹.

Vanessa Aparecida Muniz, por sua vez, em sua dissertação de mestrado¹⁰ fez um interessante balanço da historiografia sobre Lages, incluindo também as produções no âmbito acadêmico, das quais vamos citar aqui, em ordem cronológica pela data de publicação/defesa, adicionando outros trabalhos que temos conhecimento. Segundo Sara Nunes, durante os trinta e cinco anos de programa de pós-graduação em História da UFSC, foram publicados apenas nove dissertações de

⁸ REIS, José Carlos. *Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento, histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p.33.

⁹ WOLFF, Cristina. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. In: *Revista Santa Catarina em História* - Florianópolis - UFSC, v.1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/428/148>. Acesso em jun. 2013, p.56.

¹⁰ MUNIZ, Vanessa Aparecida. *Sociabilidades e namoros na década de 70 – Lages (SC)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UDESC, 2012.

mestrado sobre Lages (entre 332) e nenhuma tese (de 55)¹¹. Destes, incluindo os trabalhos de História da UDESC, podemos citar (além daqueles que foram mencionados na nota de rodapé número 5), os trabalhos de Elio Serpa, sobre a relação da Igreja com a religiosidade popular no planalto catarinense (1989); o de Juçara de Souza. C. Branco, sobre a presença dos alemães em Lages (2001); Paulo Nunes de Tarso, com trabalho sobre comunicação e poder na serra catarinense, focando seu trabalho na Rádio Clube de Lages (2001); Fábio Guedes sobre a prática de “mutirão” na construção do projeto de habitação da gestão Dirceu Carneiro (2005); Sara Nunes, sobre um crime local, o famoso caso dos “irmãos Canozzi” (2007); Tâmyta Fávero fez uma monografia sobre o cenário político do município na década de 70 (2010); além de Samira Moretto, tratando do processo de reflorestamento da região, da transição da araucária para o pinus (2010); de Eveline Andrade, estudando a relação de urbanização e saúde em Lages entre 1870 a 1910, defendido em 2011 e, por último, incluímos o trabalho de Vanessa Muniz, sobre as sociabilidades e os namoros na década de 70 na cidade, realizado em 2012 e Janaína Maciel Neves (2013), analisando a relação entre terra e poder a partir da legislação estadual de Santa Catarina e a regularização das propriedades na virada do século XIX para o século XX¹².

Apresentado esses trabalhos, colocamos então a segunda questão: nem todos eles foram devidamente estudados para a realização dessa monografia, por diversos motivos, incluindo: o foco, a problemática, as

¹¹ NUNES, Sara *apud* MUNIZ, Vanessa Aparecida. *Sociabilidades e namoros na década de 70 – Lages (SC)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UDESC, 2012, p.19.

¹² SERPA, Elio. *Igreja e catolicismo popular no planalto catarinense (1891 – 1930)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1989; BRANCO, Juçara de Souza Castello. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardas pela memória*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001; NUNES, Paulo de Tarso. *“Se a clube não deu, é porque não aconteceu”*: Rádio clube de Lages, comunicação e poder político na região serrana de Santa Catarina. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001. GUEDES, Fábio. *O mutirão por uma vida melhor: trajetória histórica do projeto lageano de habitação 1977-1982*. Monografia. Florianópolis: UDESC, 2005; NUNES, Sara. *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2007; FAVERO, Tâmyta Rosa. *Tramas e desenlaces: o cenário político na “velha Lages” durante a ditadura militar (Lages, SC, Década de 70)*. Monografia. Florianópolis: UDESC, 2010; MORETTO, Samira Peruchi. *Remontado a floresta: a implementação do pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2010; ANDRADE, Eveline. *A cidade nos campos de cima da Serra, experiências de urbanização e saúde em Lages – SC – 1870 a 1910*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2011; MACIEL, Janaína Neves. *Terra, direito e poder: legislação estadual de Santa Catarina e a regularização da propriedade da terra em Lages, 1890-1910*. Monografia. UFSC: Florianópolis, 2013.

necessidades e também a escassez de tempo. Esses trabalhos certamente renovaram a historiografia local, trabalhando com novas abordagens, diferentes temas e estão acessíveis ao público nas bibliotecas de suas respectivas universidades. É importante mencionar isso pelo seguinte motivo - um detalhe fundamental do texto que virá a seguir e diz respeito à nossa preocupação – queremos deixar explícito, que ao citar o processo político, alguns eventos da cidade e abordar as oligarquias, como vamos fazer, não estamos querendo com isso, excluir outros sujeitos históricos e também não queremos reduzir a história da cidade em alguns poucos parágrafos, na nossa abreviada versão. Que é uma, diante de tantas outras possibilidades.

Temos claro que a história da cidade, seu processo econômico e suas relações sociais foram muito mais complexas em toda sua dinâmica. O objetivo, de fato, é tentar oferecer ao leitor ou leitora, uma pequena abordagem que dá conta de mostrar alguns indícios da manutenção da classe dominante até a década de 70. Mas ressaltamos que há outras questões igualmente interessantes para serem abordadas, e citamos como exemplo, as possibilidades de se trabalhar com o extenso histórico das classes populares e dos trabalhadores que provavelmente têm uma história tão densa quanto à família Ramos, embora sejam pouco considerados pela historiografia local. Feito essas ressalvas, passamos a breve apresentação da formação histórica de Lages, considerando a velha máxima, elaborada por um dos principais pensadores do século XIX: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”¹³. Resta-nos tentar esclarecer, mesmo diante de tantos limites, qual foi esse legado em Lages.

O lugar

A localidade, que nos primórdios contava com vastas áreas de campos abertos, florestas com araucárias, bracatingas¹⁴, fazia parte do “caminho das tropas” que iam do Uruguai (colônia de Sacramento),

¹³ MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2008, p.19.

¹⁴ Entre outras árvores (canela, imbuia, por exemplo), tanto a araucária como a bracatinga, são árvores que compõem as matas verdes de Lages. A araucária, depois do ciclo da madeira, entrou em risco de extinção e a bracatinga, por se desenvolver em campos abertos e capões, é uma espécie característica da região. Devo um agradecimento especial a Laio Zimmermann Oliveira pelos esclarecimentos.

passando pelo Rio Grande do Sul (Viamão), até chegar em São Paulo (Sorocaba, Piratininga) e Minas Gerais, para abastecer feiras e mercados. Pode-se afirmar que “o intercâmbio comercial estabelecido entre paulistas e mineiros com os estancieiros gaúchos resultou, portanto, no povoamento dos campos de Lages”¹⁵. O trajeto, por onde passavam vaqueiros, tropeiros, andarilhos, negociadores de carne seca (charque), rebanhos de gados e muares, também ficou conhecido como a “rota do couro”, uma estrada antiga (passando por Santa Catarina, pelo menos desde 1730), que além de fazer “comunicações de alguma importância”¹⁶, rasgou o interior das províncias do sul, evitando as areias movediças do litoral e permitiu o alargamento das fronteiras do tratado de Tordesilhas¹⁷.

Conforme a história “oficial”, Antônio Correia Pinto de Macedo, comerciante abastado, homem de títulos e terras, acompanhado por uma comitiva (famílias, empregados e escravos), chegou às terras lageanas, para além dos “sertões de Curitiba”, em 1766, incumbido de se estabelecer naquelas áreas. O capitão mor, descendente de portugueses, tinha como missão “povoar” a região, em virtude, principalmente, do avanço espanhol a pontos estratégicos nos territórios do sul, à época dos conflitos territoriais entre as coroas de Portugal e Espanha. A ordem foi emitida por Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, “Morgado de Matheus”¹⁸, governador da capitania de São Paulo. Este aproveitara a experiência de Correia Pinto que, afora ter participado de outras missões pelo interior do Brasil, já conhecia o “caminho das tropas”, além de possuir duas fazendas na região¹⁹, que já era povoada e conhecida como paradeiro de viajantes, lugar de descanso e abastecimento.

Em 1771, “Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lagens” é elevada a categoria de vila, momento no qual é demarcado a sua área “urbana”, provavelmente de duas ou três ruas largas de terra, algumas poucas casas, além de um “tanque natural” construído a mando de Correia Pinto para que as mulheres pudessem lavar roupas em um ponto próximo da vila, em virtude dos conflitos com os indígenas. Em carta para as autoridades de São Paulo, em setembro de 1791, Bento do

¹⁵ QUINTEIRO, Jucirema. *A “força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo esta experiência?* Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1991, p.83.

¹⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p.51.

¹⁷ CAON, Edézio Nery. *Estórias de minha cidade*. Lages: Gráfica Wilson, 1978, p.19/20.

¹⁸ “Morgado de Mateus” é um título nobre de oligarquia, baseado na “morgadia”: transmissão via linhagem familiar de códigos, honras e privilégios, instituído nas legislações portuguesas a partir das ordenações Filipinas, no início do século XVII.

¹⁹ PEIXER, Zilma Isabel. *Op.Cit.* p.40 e 41.

Amaral Gurgel Annes, que assume o cargo após o falecimento de Correia Pinto (1783), descreve a situação em que se encontrava a pequena localidade:

[...] compõe-se athe o presente com 16 cazas, das quaes 9 se achão com moradores, e 7 estão feixadas. E da certidão do Reverendo Paroco desta Villa Vossa Excelência verã, que entre mulheres, escravos, agregados, velhos, adultos, e meninos so se achão 456 pessoas de confição; e que os adultos são somente 125; dos quaes nunca pude prontificar quarenta pessoas capazes para as deligencias de Rebater os Gentios, quando nos assaltão. [...] E neste presente anno se acha exercendo o cargo de juiz hum, que não sabe ler, e apenas sabe se assignar; como tudo consta da certidão, que a Vossa Excelência ofereço do Escrivam da Camara: do que pode Vossa Excelência collegir o deploravel estado desta Villa, cujos habitadores so excogitão os meios de venderem suas Fazendas, e Sítios, para poderem sahir deste Sertão tão aspero, e combatido de Gentios a viverem mais suavemente noutros continentes de melhor socego, e utilidade sem que as minhas persuasões possam desvanecer-lhes seos intentos²⁰.

Podemos perceber que Gurgel Annes estava aparentemente preocupado com a situação do vilarejo, principalmente diante dos conflitos entre colonos e indígenas - Xoclangs e Kaikangs, que viviam na região²¹. Podemos intuir também que já havia uma mínima estrutura local administrativa²², ainda que precária, quando é citado o juiz (que

²⁰ Carta de Bento do Amaral Gurgel Annes para São Paulo, 26 de Set. 1791. Fonte: *Revista da ASBRAP*, nº 6. Antigos proprietários rurais de Lages. Por: Marcelo Meira Amaral Bogaciovas. Disponível em: <http://www.asbrap.org.br/publicac/biblioteca/Antigas%20propriedades%20rurais%20de%20Lages.pdf> Acesso em Jun. 2013.

²¹ Um indício claro de que as autoridades se preocupavam com os “ataques” indígenas, foi a construção do tanque, a mando de Correia Pinto, em 1771, para que as mulheres pudessem lavar roupas em uma região próxima. O tanque, atualmente é patrimônio tombado da cidade e está localizado no centro, no Parque Jonas Ramos.

²² Em levantamento realizado por Marcelo Bogaciovas, o pesquisador encontrou um recenseamento de 1798, no qual se listam as seguintes ocupações: 3 magistrados e officias públicos, 1 clérigo, 7 roceiros, 8 negociantes, 4 sapateiros, 4 carpinteiros, 68 escravos e 57

não sabia ler) e o pároco, principal responsável pelos registros como batismo, nascimentos, casamentos e mortes naquele período. Os franciscanos, pelo que consta, estavam ali desde 1767. Provavelmente, Gurgel Annes, além de prestar contas, também tentava angariar algum recurso do governo paulista para administrar “a deplorável situação” em que se encontrava a vila.

Uma das primeiras vias de ligação entre o litoral e os campos de Lages que se tem registro, se deu em 1788 a partir das picadas²³ de Antônio Arzão, por uma trilha que acompanhava o curso do rio Imaruí²⁴ no início do trajeto para subir a serra catarinense. Esse caminho assegurou relativo contato comercial com o litoral da província de Santa Catarina, embora haja indícios de que ele tenha sido “fechado” e reaberto apenas em 1820²⁵. No início do século XIX, a vila apresenta um parco “desenvolvimento”, sendo formada essencialmente por propriedades rurais: fazendas, chácaras e sítios. Marcelo Bocaciovias assinala que em 1818 havia 49 fazendas em Lages, sendo que uma das maiores propriedades era de Laureano José Ramos. Este residia na vila, pelo menos, desde 1816. O marceneiro e fazendeiro, casado com Maria Gertrudes de Moura, é o primeiro membro da família Ramos, registrado a partir de um censo, em terras lageanas²⁶.

Somente em 1820 o território que era considerado parte das terras paulistas, foi anexado a província de Santa Catarina, por determinação do rei de Portugal, Dom João VI²⁷. É importante lembrar que “as dimensões territoriais de São Paulo eram muito mais extensas do que as atuais e que o Paraná deixou de ser paulista apenas em 1853”²⁸. Contudo, essa alteração provavelmente teve um impacto muito pequeno para a maioria da população, já que a alteração estava muito mais ligada aos interesses do governo imperial que visava a delimitação de terras e a organização político administrativa do Império e neste caso, entre São Paulo e Desterro, essa última, pela sua proximidade, possivelmente acabou se tornando mais conveniente como jurisdição administrativa.

Entre 1835 e 1845, o sul do Brasil foi marcado pela “revolução farroupilha”. Lages nesse período, foi ocupada, pelo menos, em duas

escravas, 17 fazendeiros, 4 “vadios”, entre outros. BOGACIOVAS, Marcelo. Antigos proprietários rurais de Lages. *Revista da ASBRAP*. nº 2, s/d, p.22.

²³ Caminhos abertos no mato, carreiras ou atalhos feitos por meio de facão ou foice.

²⁴ COELHO, Silvio. *Nova História de Santa Catarina*. 5 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p.43.

²⁵ CAON, Edézio Nery. *Op.Cit.* p.29 e p.35.

²⁶ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Op. Cit.*p.24.

²⁷ COELHO, Silvio. *Op. Cit.* p.43.

²⁸ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Ibidem.* p.10.

ocasiões, “em 9 de março e 17 de dezembro de 1839”²⁹. Com o apoio de alguns fazendeiros locais, possivelmente descontentes com o governo, a vila aderiu ao movimento, sendo incorporada mais tarde à “República Juliana”, que por sua vez era vinculada a “República Rio Grandense”. O local foi um importante posto para reorganização das tropas farrapas. Supomos que ali compraram munições, alimentos e vestuários, já que desde o início do século XVIII era local de “apoio às tropas e fornecia animais de tração, gado e mantimentos”³⁰. Podemos dizer, a partir de um viés “tradicional”, que essa foi uma das primeiras ocasiões de impacto na erma vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, depois da chegada do capitão mor Antônio Correia Pinto com sua comitiva em 1766 e dos franciscanos em 1767.

Em 1860, a vila foi elevada a categoria de cidade. Nos levantamentos de Nilsen C. Oliveira Borges, o número de casas de 1854 a 1862, passou de 675, para 1.152³¹, o que aponta relativo desenvolvimento, ao menos demográfico. Esse crescimento pode ser relacionado proporcionalmente à expansão das atividades ligadas à pecuária. A autora, citando Paulo Pinheiro Machado, também ressalta que o aumento da população no século XIX, esteve ligado a chegada de imigrantes do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Deve-se levar em consideração que Lages era local de pouso, no qual as pessoas muitas vezes acabavam ficando além do tempo planejado, constituindo famílias ou arranjando algum trabalho.

Resumidamente, pode-se dizer que a formação social e econômica de Lages, a partir do século XIX, está associada, basicamente a economia extrativista e de subsistência, à pecuária extensiva, cultivos de gêneros alimentícios e de abastecimento interno (erva-mate, fumo mandioca, milho, feijão), um pequeno comércio, hospedagens, ferrarias, sapatarias e demais serviços, principalmente aqueles ligados a uma cidade-pouso, um lugar de passagem (com zonas de meretrício, hospedarias, casas de jogos, bodegas e bares). Em relação aos habitantes era composta, sobretudo, por escravos/escravas,

²⁹ BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2005, p.18. A “revolução farrapilha” ou “guerra dos farrapos” foi um levante de estancieiros e militares da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e quando se declarou a “república rio-grandense”. Transformou-se em uma das mais complexas e longas insurgências contra o Império (no período regencial e do II império) durante o século XIX, entrando no rol de contendas entre liberais e conservadores daquele período.

³⁰ MARTENDAL, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a inclusão do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Rio de Janeiro: FGV, 1980, p.32.

³¹ BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Ibidem*. p.60.

trabalhadores livres, caboclos (camponeses), índios domésticos, militares desertados (entendemos que vindos do Sul, principalmente pós Guerra do Paraguai, em 1864), comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, além de alguns raros estrangeiros: portugueses, alemães e italianos³².

O arvorecer dos Ramos: ascensão e consolidação da classe política dominante

Ainda nas últimas décadas do século XIX destacaram-se duas famílias no cenário político e econômico local, constituindo a classe política “dominante”: a família Ramos e os Costa. Pode-se dizer que as duas, como ressalta Antônio Munarim, “são modelos acabados da oligarquia rural de prática coronelista do Brasil das primeiras décadas do século XX”³³. Deste modo, podemos afirmar que a posse de terras e a política têm seus entrelaçamentos gestados no século XIX, como veremos um pouco melhor a seguir.

Durante o Império (1822-1889), os partidos daquele período, o Partido Conservador e o Partido Liberal, foram dirigidos pelas famílias Ramos e Costa, sendo que o primeiro tinha como chefia Vidal Ramos Sênior (filho de Laureano Ramos), e à frente do Partido Liberal estava Ignácio José da Costa: neto do fazendeiro Ignácio da Silva Ribeiro e irmão, entre outros, de João José Theodoro da Costa, autor de um interessante relato a cerca do episódio do conflito federalista, o qual envolveu Lages em 1893³⁴. Segundo Peixer, “entre alianças públicas e privadas de hegemonia as famílias Ramos e Costa governaram Lages até 1973”³⁵. Sobre os partidos políticos imperiais, José Murilo de Carvalho ajuíza que eram partidos de “coalizões”: “O liberal reunia proprietários e profissionais liberais, o conservador compunha-se de proprietários e magistrados”³⁶.

³² Para o tema, cf. AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. São Paulo: EDUSP, 1980; BRANCO, Jussara de Souza. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001 e BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Op. Cit.*

³³ MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região serrana*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990, p.50.

³⁴ COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências políticas, 1901*. Coleção Catariana: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2003.

³⁵ PEIXER, Zilma Isabel. *Op.Cit.* p.53.

³⁶ CARVALHO, José Murilo. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. *Dados* vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

Essas disputas foram além da política partidária e repercutiram também nas atividades culturais da “elite”³⁷. A banda “Euterpe”, por exemplo, era ligada ao partido conservador e a banda “São João do Deserto”, aos liberais. Em 1896, criou-se na cidade o “Club Literário Recreativo Dançante 1º de Julho”, sob a presidência do filho de Vidal Ramos, Vidal Ramos Junior. E dois anos mais tarde, foi fundado o “Club Literário Recreativo 14 de Julho”, sob a presidência de José Joaquim de Córdova Passos³⁸, um dos chefes liberais.

Nesse sentido, os jornais também acompanharam as disputas partidárias das famílias Costa e Ramos. De tendências liberais, surgiu “*O Escudo*” em 1886. Em contraponto, o primeiro jornal da cidade “*O Lageano*”, fundado em 1883, passou para uma segunda fase, em 1891 a divulgar o ideário da família Ramos. De caráter republicano, foi lançado em 1892 a “*Gazeta de Lages*”. O que podemos observar é que nenhum desses jornais era ligado a algum grupo das classes populares. Como bem ressaltou Raul Arruda Filho: “a circulação de jornais, [...] ajuda a multiplicar um tipo muito claro de cultura, que é a da elite”³⁹.

Assim como o restante do Brasil, Lages foi marcada pela figura do coronel, sendo que foi berço, como vimos, de uma das principais famílias da oligarquia catarinense. Coronelismo, no Brasil, é um termo que designa um “tipo social” ligado ao grande proprietário rural, associado ao comportamento patriarcal, chefe familiar e político, que dentro de um sistema de favores e a partir coerção social, confunde sua vida privada à vida pública, pois o “coronel protege e sustenta economicamente seus agregados, exigindo deles obediência e fidelidade a sua chefia política”⁴⁰. Dessa relação decorre uma série de interações sociais, sendo uma delas a do “compadrio”. Segundo Antônio Munarim:

A relação de compadrio era outra forma de suavizar as diferenças sociais e econômicas e de legitimar a autoridade do coronel. [...] Entre os

³⁷ No decorrer do texto, *elite* está entre aspas, para não supor que eram pessoas melhores e mais capacitadas que outras ou que eram sujeitos “com cultura”, em contraposição, por exemplo, as classes populares. Essa opção está embasada, sobretudo, em Marilena Chauí, que prefere a utilização de classes dominantes à elite. Ver em: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

³⁸ COSTA, Licurgo. *Clube 14 de Junho: oito décadas de uma vida gloriosa*. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2002.

³⁹ ARRUDA FILHO, Raul. *Baruio di purungo: literatura no planalto serrano de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2000, p.25.

⁴⁰ SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1999, p.133.

compadres, a relação é de receber e transmitir homenagens. A relação é de “igual para igual”, forma requintada de exercício de dominação⁴¹.

Contudo, deve-se levar em consideração, ao falar em “dominação”, que essas relações eram sempre conflituosas, negociadas, instáveis, cheias de condições, tanto para os escravos, trabalhadores livres, empregados, peões, caboclos, quanto para o coronel, que tinha que ter traquejo, “jogo de cintura” como se diz, para lidar com possíveis sublevações, indolências, desconfianças, revoltas, colocando assim em risco o seu poder e limitando sua área de atuação. Antônio Luigi Negro, em um trabalho sobre paternalismo e populismo, referindo-se aos estudos da história social sobre escravidão, registra que esses estudos:

[...] mostraram que o paternalismo senhorial, no campo ou na cidade, no privado ou na esfera pública, na casa-grande ou na lavoura, no sobrado ou nas ruas, podia ser negociado e carcomido. Mostraram, em segundo lugar, que isso podia acontecer tanto no cotidiano ordinário quanto desafiado em excepcionais lances de envergadura e ousadia (os quais eram urdidos durante o dia-a-dia de pessoas comuns)⁴².

Ao levar em conta os apontamentos do autor, podemos inferir que em Lages a relação de “dominação” não era, portanto, absoluta. O que não quer dizer, por outro lado, que as duas famílias, Ramos e Costa, não estiveram à frente do poder público, sustentando sua hegemonia como fazendeiros (detentores de terra, gado e poder) e como coronéis (chefes políticos e patriarcas), visto que ocuparam cargos públicos, pelo menos, até a década de 70. Como enfatiza Munarim: “as brigas entre ambas [família Ramos e Costa] são disputas de famílias – oligarquias, que em momento algum punham em risco a hegemonia dos coronéis enquanto classe”⁴³.

⁴¹ MUNARIM, Antônio. *Op.Cit.* p.28.

⁴² NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004, p.14.

⁴³ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.25. José Murilo de Carvalho, preocupado com os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo, vai alertar que há muitas confusões na utilização desses termos. No nosso trabalho, concordamos com o autor quando se refere ao coronel como indivíduo que “em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”. Embora pareça enfadonho, situar o que estamos entendendo

No final do século XIX, Lages passou por novas agitações. Em 1893 eclodiu outro levante no Rio Grande do Sul, a “revolução federalista”. Lages esteve novamente envolvida no conflito, que em seguida tomou dimensões nacionais. Com a proclamação da República, em 1889, as províncias passaram a se denominar *estados federados* (a partir da constituição de 1891), com isso dissolveram-se as antigas câmaras municipais, “então responsáveis pelas administrações locais”⁴⁴, criando-se um colegiado de intendentess, presidido por um superintendente, nomeado pelo governador, que à época era Lauro Muller. Em Lages, tem-se então o “primeiro prefeito”: João de Castro Nunes.

Porém, com o levante federalista e a adesão das chefias locais ao movimento iniciado no Rio Grande do Sul, João de Castro é deposto, para dar lugar ao coronel Vidal Ramos Sênior - cargo no qual ficou até 1902, quando passa ser governador do Estado, deixando a intendência para seu filho, Belizário Ramos. Este ficou, com algumas ausências, até 1922 à frente do poder público local (ou seja, 20 anos)⁴⁵. Essa passagem esboça certa “dimensão” das mudanças (ou permanências) que ocorreram com o fim do império e início do regime republicano: o fortalecimento e influência dos poderes locais e regionais na esfera política. Victor Nunes Leal, em seu texto clássico, apontou para esse detalhe, segundo José Murilo de Carvalho: o fato político que descentrou o poder do Império para os poderes regionais e locais, foi justamente o federalismo, criando com isso “um novo ator político com amplos poderes, o governador do estado”⁴⁶.

Com o poder econômico da família Ramos e a partir de suas inúmeras estratégias (prática do favor, mandonismo e coerção moral e física) para manter-se como “elite” dirigente, supomos que havia pouca margem para a ascensão de alguma liderança popular. O espaço político era essencialmente um espaço das “elites”, e nos momentos em que esse poder era de algum modo ameaçado, a violência certamente entraria em cena (basta lembrar-se de Canudos e do Contestado). Como aponta

com determinadas palavras, ao contrário, é fundamental para, além de evitar embaraços de interpretação, garantir a precisão no sentido que ela adquire aqui. CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*

⁴⁴ CAON, Edézio Nery. *Op. Cit.* p.103.

⁴⁵ De 1911 a 1914, o cargo fica aos mandos de Otacílio Costa. De 1919 até 1922, o filho de Belizário, Aristiliano foi quem assumiu. De 1923 até 1926 retorna Otacílio Costa, que dá lugar a Caetano Vieira da Costa, que fica até 1930.

⁴⁶ CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*

Virgínio Santa Rosa: “a violência era o pé-de-cabra que abria todas as portas e resolvia os problemas mais intrincados”⁴⁷.

Em relação à transição do Império para República, mesmo com o fim da escravidão (1888), nota-se que não houve muitas mudanças na composição política de Lages. Podemos acrescentar também, que não houve muitas transformações essenciais nas relações sociais e de trabalho. Lilia Schwarcz, referindo-se ao processo de transição, enfatiza que:

Não se cumpriram as promessas de incorporação da população negra e escrava, assim como não se regulamentavam publicamente os contratos de trabalhos e serviços. Ao contrário, reforçam-se as relações clientelísticas e se expande os laços de compadrio⁴⁸.

Nesse período em diante, no entanto, Lages passou por um parco processo de “modernização” urbana, em virtude das necessidades da “elite” local e igualmente da administração dos coronéis para se integrarem ao processo social vigente, garantindo assim, sua manutenção na ordem estabelecida. Em 1901 foi construído o prédio do palácio municipal, símbolo do poder público local, em 1913 foi finalizado o prédio do Colégio Vidal Ramos e em 1922 foi finalizada a construção da catedral diocesana, símbolo oficial do poder da religião católica local⁴⁹, instituição que tinha muita dificuldade em doutrinar e se relacionar com os caboclos, em virtude de estes possuírem outras crenças e costumes religiosos.

Parte da cidade passou a ter iluminação pública a base de gás (1910), novas ruas foram abertas e houve instalação da rede elétrica (1913). Em 1915, além da instalação da rede telefônica, chega à cidade uma filial da *Casa Carl Hoepecke*, uma das maiores empresas comerciais da região naquele período. Em 1918 foi aberta uma agência do *Banco Nacional do Comércio*, além do surgimento de novos prédios públicos. No início do século XX, portanto, a administração da cidade

⁴⁷ SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p.33.

⁴⁸ SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil república: In: *Lima Barreto: Contos completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.19.

⁴⁹ SCHWALB, Loren Fischer. *O teatro nas ruas de Lages: reconstrução do imaginário cênico em espaços públicos – as experiências do grupo Galha Azul (1970) e do grupo de teatro Menestrel Faze-dô (1990)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2009, p.24.

vai tentar criar outra imagem, tentando desassociar-se daquela modesta vila interiorana do século XIX, distante do litoral “desenvolvido” - muito embora desenvolvido apenas para alguns poucos. Como sugeriu Peixer, foi “uma manutenção das práticas tradicionais dos coronéis revestida de “ares “modernos”⁵⁰.

A cidade já contava nesse período com várias praças: a do mercado, local de feiras e negociações, a praça do comércio, espaço privilegiado de interação das pessoas que viam do meio rural, a praça municipal (da cadeia), palco de comícios, teatros, reuniões, além da praça das igrejas. Logo, a população lageana passava a se relacionar em novos espaços públicos, que a partir do crescimento demográfico, certamente implicou em uma nova extensão das relações sociais.

Porém, a classe dominante, influenciada pelos valores elitistas, sobretudo, das “elites” de Desterro, tentou impor limites à população, a partir dos seus padrões de civilidade e conduta. Como exemplo, podemos citar a elaboração do *Código de Posturas* em 1895. No seu artigo 117, o código proibia, entre outras coisas; “fazer samba ou batuques, quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas da cidade e das povoações; andar pelas ruas indecentemente vestido com roupas dilaceradas [...] viver sem ocupação lícita [...]”. Como bem advertiu Zilma Peixer, é “interessante observar que esses comportamentos que a lei delineava como proibitivos, de modo geral, eram frequentes nos grupos populares”. Sugestivo que em 1918, tenha sido criado um espaço, aos moldes dos clubes de recreação da “elite” lageana, para “homens de cor”, o *Centro Cívico Cruz e Souza*. Esse clube teve a “benção” da “elite” local. Segundo a autora, garantia assim, disciplina e eliminava chances de o grupo reivindicar participação nos espaços da “elite branca”⁵¹.

Em 1918, a família Ramos enfrentou uma significativa intriga no seio da família, algo que já vinha se desenvolvendo por algum tempo. Os desentendimentos começaram nesse ano, entre os irmãos Belisário e Vidal Ramos Junior. Anos mais tarde, em 1937, as disputas foram retomadas pelos filhos destes, Nereu e Aristiliano Ramos, respectivamente. A família Ramos já vinha ocupando cargos, em geral, desde 1895. Entre os cargos públicos estão o de intendent (prefeitos) governador, deputado, líderes da assembleia estadual, senador e até

⁵⁰ PEIXER, Zilma Isabel. *Op.Cit.* p.49, 61 e 85.

⁵¹ *Idem. Ibidem.* p. 74 e 84. Para saber mais sobre o tema, ver o trabalho de MARCON, Frank. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Mestrado em História. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

mesmo presidente da república, em uma rápida ocasião em que Nereu Ramos ocupou o cargo entre 1955 e 56 (menos de três meses), além de outros cargos de natureza privada, como a presidência de associações recreativas, confrarias e partidos políticos.

De 1930 em diante, um período no qual o café não elegia mais o presidente da República⁵², apesar das mudanças no cenário político nacional, Lages continuava com o seu jogo político das “elites”. Ao contrário do que se via em algumas partes do país, aonde as oligarquias entraram em decadência, no município do planalto serrano, os chefes políticos não foram abalados, assim como foram os produtores de café, já que sua base econômica ainda era a terra e o gado. Munarim chamou esse fenômeno de “um fim tardio do coronelismo e uma emergência tardia do populismo de caráter urbano [...]”⁵³. Embora Murilo de Carvalho avalie que “os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo”⁵⁴, por entender que esse fenômeno específico (coronelismo) vai até 1930.

De toda forma, é importante notar que Lages ainda era uma cidade predominantemente rural e que a figura do coronel pode ter influenciado a política por alguns anos a mais, e depois se adequando aos regimes políticos, passou a interagir de diferentes formas com a população, sobretudo, com os “eleitores”.

Munarim apresenta ainda, uma lista interessante, que liga os prefeitos lageanos, de 1930 a 1968, aos seus mediadores. Assim, na revolução de trinta, o interventor no município, Octávio Inácio da Silva Filho era amparado por Vidal, Aristiliano, Nereu e Cândido Ramos. Henrique Ramos Junior, que assume em 1932 e segue até 1937, é protegido por Vidal, Aristiliano (então governador) e Nereu Ramos⁵⁵. Como vemos, a prefeitura era praticamente a segunda casa da família Ramos. No entanto, esse cenário sofre algumas alterações a partir do que se convencionou chamar de “ciclo da madeira”.

O início do fim de um ciclo econômico e político

A partir da década de 40, Lages contou com inúmeras alterações na sua composição social, econômica, territorial, política e ambiental.

⁵² FURTADO, Celso. Análise do “modelo” brasileiro. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

⁵³ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.103.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*

⁵⁵ MUNARIM, Antônio. *Ibidem.* p.72.

Nesse período, a exploração da madeira superou a pecuária em importância econômica, além de absorver a mão de obra local e regional nos anos 50, momento no qual se intensificou o processo de “industrialização” da madeira, conforme Ari Martendal⁵⁶. Durante esse período de intensa exploração dos recursos naturais da região, o município, teve sua população quadruplicada (de 27.326 passa para 111.984⁵⁷ em vinte anos) e passou a receber contingentes de trabalhadores, configurando-se como o pólo receptor do êxodo rural da região. Durante a expansão do ciclo da madeira, surgem, ao menos, 50 novos bairros⁵⁸.

Licurgo Costa infere que ainda na década de 50, Santa Catarina concorria com 64% da madeira exportada pelo Brasil. E dessa percentagem, a maior parte cabia à região serrana de Lages, sendo a cidade de maior expressão na exploração da araucária⁵⁹. Em 1953, foi criado o primeiro sindicato local⁶⁰. O primeiro setor de representação classista da cidade foi justamente o dos trabalhadores das serrarias. Embora, como enfatiza Munarim: “de toda forma, os sindicatos surgidos nessa época funcionam como amortecedores na relação patrão – empregado, sob a égide do Estado, portanto, “pelego”⁶¹, logo, podemos supor, de limitado impacto na vida do trabalhador rural, mas de outro lado, ao menos representativo e simbólico, no plano político, visto que a partir do sindicato, o trabalhador podia tentar reivindicar seus direitos, baseado na legislação trabalhista.

Se nos períodos históricos anteriores, a alegação de que a pecuária era motivo, por excelência, do pouco emprego à mão de obra (o que justificou alguns autores a dizer que Lages tinha poucos escravos, por exemplo, argumento que atualmente não se sustenta mais⁶²), nos anos 50 essa inferência não tem qualquer viabilidade. Os caboclos, integrados na indústria madeireira, vão ser os principais responsáveis

⁵⁶ MARTENDAL, José Ari Celso. *Op. Cit.*

⁵⁷ SCHWALB, Loren Fischer. *Op. Cit.* p.27.

⁵⁸ PEIXER, Zilma Isabel. *Op. Cit.* p.60 e 61.

⁵⁹ COSTA, Licurgo *apud* MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.78.

⁶⁰ Sindicato dos trabalhadores nas indústrias da construção e do Mobiliário, fundado em março de 1953.

⁶¹ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.99 e 100.

⁶² PIAZZA, W. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis, SC: Garapuvu, 1999; CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1987. COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. LEMOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na história do Contestado*. 2 ed. Curitibanos: Imprensa Frei Rogério, 1983. Esses trabalhos foram citados no trabalho de Nilsen C. Oliveira Borges, no qual a autora rebate essa vertente citada. *Op. Cit.*

pela produção, trabalhando em diferentes fases desse processo: o corte, o carregamento e empilhamento da madeira, o transporte, a operação de múltiplos maquinários, tanto nas serrarias como nas madeireiras (a primeira responsável pelo corte da madeira ainda bruta e a segunda pelo beneficiamento)⁶³. Curioso notar ainda, que esse período coincide com os anos de construção de Brasília, sendo que a região serrana “foi grande fornecedora de madeira serrada para aquela obra”⁶⁴. Isso sugere que Lages, (embora pareça óbvio, é importante ressaltar) tinha ligação a um processo de maior extensão e maior complexidade, de integração regional e nacional.

A composição social lageana também se altera na medida em que novos contingentes de pessoas vão chegando à cidade. Migrantes do Rio Grande do Sul (principalmente das colônias italianas da serra gaúcha) tornaram-se uns dos principais responsáveis pela ativação do processo de exploração do pinheiro e incremento de técnicas de corte e tratamento da madeira⁶⁵. Segundo Vanessa Muniz, 50 famílias libanesas migraram de São Paulo para abrir comércio, principalmente lojas de roupas e calçados⁶⁶. Além disso, “várias agências bancárias passam a ser instaladas nesse período juntamente com as principais agências de serviço social, SESI, SESC, SENAI”⁶⁷. Na década de 50, ainda, inauguram-se as *lojas pernambucanas* e o *Hotel Lages* (1955). Essas mudanças implicaram, de modo geral, diretamente na especialização em serviços oferecidos no município.

A partir do desenvolvimento da indústria madeireira a cidade se reestruturou para atender as novas demandas desse setor econômico: surgiram postos de gasolina, borracharias, fábricas de reboques e carroceira, lojas de peças e acessórios, oficinas mecânicas sendo que os “gringos”, como eram chamados os migrantes da serra gaúcha, iriam se constituir como os “novos ricos” da cidade, “em substituição aos fazendeiros, cobiçando permanentemente o poder para desbancar os políticos tradicionais”⁶⁸. Segundo Edinara Andrade, a chegada desses

⁶³ O trabalho de maior expressão sobre o assunto, a nosso ver, é o do professor Ari Martendal. O autor é um dos primeiros pesquisadores a se concentrar no sujeito “caboclo”, certamente o “tipo social” característico da população lageana. O autor também diferencia as diferentes partes do processo e a integração desse sujeito na exploração da madeira. MARTENDAL, José Ari Celso. *Op. Cit.*

⁶⁴ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.78.

⁶⁵ MARTENDAL, José Ari Celso. *Ibidem.*

⁶⁶ MUNIZ, Vanessa Aparecida. *Op. Cit.* p.25.

⁶⁷ QUINTEIRO, Jucirema. *A “força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo esta experiência?* Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1991, p.103.

⁶⁸ MARTENDAL, José Ari Celso. *Ibidem.* p. 42, 43 e 44.

novos sujeitos, “propiciou a constituição de uma nova elite política que solapou as bases de dominação coronelista, embora a verdadeira derrocada só viesse a acontecer com a vitória da oposição em 1972”⁶⁹.

Se em 1947, as eleições para prefeito e para câmara de vereadores contaram apenas 10.547 votos da população⁷⁰ e eram disputadas apenas pelos dois partidos da oligarquia catarinense: o Partido Social Democrata (PSD, partido chefiado em plano estadual pelos Ramos⁷¹) e pela União Democrática Nacional (UDN), três anos depois, em 1950, além dos dois partidos, concorreu também aos pleitos o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que recebeu 1.358 votos de um total de 13.530, e que embora não escapasse das tradições e práticas político-partidárias das elites vigentes, elegeu um vereador⁷² e iniciou um processo de pulverização do poder político, antes concentrado em apenas dois partidos. Já em 1958, vão ser cinco partidos políticos concorrendo, em que pese a predominância em todas as eleições do PSD: UDN, PTB, PDC (Partido Democrata Cristão) e o PL (Partido Libertador), sendo que 26.102 pessoas votaram nessa eleição, ou seja, o dobro comparado as eleições realizada oito anos antes. O prefeito eleito nessa ocasião foi Wolny Della Rocca, a partir uma coligação entre PTB/PSD. Esse número maior de eleitores acabou minando, aos poucos, as chances de coação da classe dominante e também abre espaço para negociação, transformando-se em novas exigências e transformando o “valor” do voto.

Na esfera cultural da cidade, são igualmente diversas e numerosas as alterações a partir dos anos 40. Foi nesse período que se formou o núcleo de origem italiana e que se deu o aparecimento dos primeiros Centros de Tradição Gaúcha (CTG's)⁷³. Em uma rápida olhada pelos jornais do *Correio Lageano* de outubro de 1945 a 46, podemos notar, em meios as notícias locais e propagandas do comércio, as disputas partidárias (PSD e UDN), o começo da vida política do PTB e a

⁶⁹ ANDRADE, Edinara Terezinha. *A experiência popular no município de Lages (gestão 1977-82): transição a um clientelismo de massas*. Dissertação de Mestrado em Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1994, p.61.

⁷⁰ Câmara Municipal de Lages. *Memórias do legislativo lageano*. Governo do Estado de Santa Catarina. 2008, p.16.

⁷¹ Principalmente depois da consolidação política de Nereu Ramos que “durante a permanência de Getúlio Vargas no Executivo Federal, esteve na liderança do governo do Estado”. FÁVERO, Tâmyta Rosa. *Tramas e desenlaces eleitorais: o cenário político na “velha Lages” durante a ditadura militar (Lages, SC, Década de 70)*. Monografia. Florianópolis, UDESC, 2010, p.24.

⁷² Câmara Municipal de Lages. *Ibidem*. p.25/26.

⁷³ ARRUDA FILHO, Raul. *Op. Cit.* p.37.

divulgação dos espaços de sociabilidade da cidade: o Café Cruzeiro, o Bar Avenida, o cine teatro Carlos Gomes, o Clube 1 de Julho⁷⁴. Enfim, “a emergência do ciclo da madeira significou uma transformação das relações sociais, econômicas e políticas que até então vinham se desenvolvendo no município”⁷⁵ - eram outros tempos, a cidade passou a ter outro ritmo: “o ritmo dos carros, do horário do comércio, das serrarias com seus apitos marcando o início e o fim de um dia de trabalho”⁷⁶.

No entanto, o município de maior extensão do Estado (2.645 km²) e o primeiro a atingir 100.000 habitantes em Santa Catarina, não tardaria para assistir o seu segundo ciclo econômico apresentar os primeiros sinais de esgotamento: aos poucos iam se extinguindo as reservas naturais de araucária e aumentava vertiginosamente a concentração populacional no pequeno meio urbano, ocasião na qual surgiram novos problemas sociais na ordem do dia. Segundo Martendal, a cidade, que já era um pólo regional consolidado, “despreparada para absorver os contingentes liberados, migrantes por fatores de mudança, assistiu ao crescimento significativo de sua população marginal”⁷⁷. E são justamente esses marginalizados que compõem as periferias da cidade no decorrer da década de 60 e 70: a mão-de-obra “não qualificada”, oriunda dos campos e propriedades rurais do município de Lages e de outros municípios da região, principalmente, a massa de desempregados que com o fechamento das serrarias arriscou aguardar alguma oferta de trabalho temporário em outros setores.

A formação dos bairros nesse período marcou profundamente os limites da cidade, alterou sua paisagem e fundamentalmente alterou as relações no meio urbano. Martendal enfatiza que aqueles caboclos que haviam migrado para cidade, são os principais membros na formação de bairros e vilas como: “Centenário, Santa Helena, Vila Nova, São Luiz, Curva da Morte, Várzea, Penha, Guarujá, Triângulo, Lomba Seca e Passo Fundo”⁷⁸, bairros que até hoje, em sua maioria, se encontram entre os espaços marginalizados e associados a violência nas páginas dos jornais da cidade.

⁷⁴ Encadernação 27/10/45 a 19/10/46 e Encadernação 09/12/44 a 20/10/45. Museu Thiago de Castro em Lages.

⁷⁵ ANDRADE, Edinara Terezinha. *Op. Cit.* p.63.

⁷⁶ PEIXER, Zilma Isabel *Op. Cit.* p.101.

⁷⁷ MARTENDAL, José Ari Celso. *Op. Cit.* p.10 e 33.

⁷⁸ *Idem. Ibidem*, p.48.

A indústria madeireira, que na década de 60, perfazia 64,5% do total de estabelecimentos industrial de Lages⁷⁹, apontou já no final dos anos 60 e início dos anos 70 para o seu crepúsculo. Martendal enfatiza que “a década de 70 iniciou-se de forma dramática. Acabou o pinheiro e, conseqüentemente, muitas serrarias e madeireiras fecharam ou reduziram suas atividades”⁸⁰. Além disso, para colaborar com a complicada situação, três distritos do município se emancipam em 1961: Anita Garibaldi, São José do Cerrito e Campo Belo do Sul⁸¹ e o batalhão ferroviário, que funcionava em Lages desde 1934, e em 1951 empregava 1.650 pessoas⁸², foi transferido em agosto de 1970 para Santarém, no Pará.

Em suma, visualizamos aqui um breve histórico da cidade de Lages no qual pudemos constatar a dinâmica da “política oficial” que até hoje deixa “rastros” na memória coletiva. Afinal, foram mais de meio século de uma única família à frente do poder público, preservando seus privilégios, rearranjos políticos, redes de favoritismo, coerção pessoal e confusão do espaço público com o privado. Se ainda na década de 50, no mandato do prefeito Osni de Medeiro Régis, era possível encontrar uma escrivanhinha de Vidal Ramos Junior no gabinete do prefeito⁸³, em 1972 essa situação se modificaria completamente, e principalmente a partir de 1977, com a segunda vitória de um partido de oposição.

Com o processo de urbanização, a aglomeração humana em diferentes bairros da cidade, a decadência das fazendas de gado, associado às alterações do modelo econômico e político local e nacional, acabaram por vez com o domínio oligárquico⁸⁴. Além disso, surgiram também novas lideranças locais, acompanhados de novas práticas políticas, novos eleitores (ou clientela). Nos anos 80, Lages contava com uma população de 155.293 habitantes, dos quais 79,6% residiam na zona urbana, sendo que dos seus quase 7.000km² de território, 97% se caracterizavam como rural⁸⁵. Ou seja, uma densa e complexa concentração humana, com inúmeros problemas sociais advindos das carências de serviços urbanos, situação na qual a população tinha pouco

⁷⁹ SILVA, Elizabeth Farias da. *O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982)*. Dissertação de Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1985, p.68.

⁸⁰ MARTENDAL, José Ari Celso. *Op. Cit.* p.46.

⁸¹ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.102.

⁸² SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.* p.64.

⁸³ CAON, Edézio Nery. *Op. Cit.* p.104.

⁸⁴ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.110.

⁸⁵ *Idem. Ibidem.* p.84.

ou quase nenhum acesso à moradia adequada, alimentação regular e acesso aos serviços públicos como instituições de educação e saúde pública.

Em consequência disso, os sujeitos que até então estavam excluídos das decisões políticas, passaram a incorporar em seus discursos a necessidade e garantia de condições de existência mínimas, são “novos sujeitos”, “indivíduos, até então dispersos e privatizados, que passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões atividades realizadas”⁸⁶. Surgem, portanto, reivindicações por participação política, cidadania, dignidade, o que acabou deslocando o eixo e decisão e organização para o espaço público.

⁸⁶ A frase é de Marilena Chauí, referindo-se aos sujeitos do trabalho de Eder Sader, que acreditamos, enquadra-se perfeitamente ao que estamos nos referindo. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.10.

Capítulo 2

Eis que havia “uma pedra no caminho”

Vimos no primeiro capítulo que Lages se transformou profundamente, principalmente a partir de meados do século XX. O surgimento de novos bairros, a sua rápida expansão demográfica, o fim de um ciclo econômico, as mudanças no cenário político com novas correlações de força, acabaram criando algumas condições para que se materializassem duas gestões de oposição na década de 70, e enfim, a cidade que era dos Ramos acabou tomando outros rumos. Mas essa transição não aconteceu de repente, de um dia para outro, e essas transformações devem ser compreendidas no espaço e no tempo, considerando suas particularidades. As questões se tornam mais intrigantes quando lembramos que haviam muitos fatores adversos à efetivação de uma gestão de oposição local naquele contexto, principalmente após o golpe militar de 1964, momento no qual se intensificaram as contradições sociais no Brasil.

A ditadura militar brasileira atravessou duas décadas (1964-1985) e alterou profundamente a economia, a vida política, cultural e social do país. Kees Koonings, embasado nos estudos de Alain Rouquié, definiu as forças armadas como “exército político”, tendo em vista o papel que assumiram na direção do Estado⁸⁷. Do ponto de vista da dinâmica dos militares, em termos gerais, podemos compreender a primeira fase do regime (1964-1969) como a consolidação da “revolução”, através do seu fechamento e censura a vida política, uma segunda fase (1974-1979) marcada, sobretudo, pela liberalização política e a terceira fase (1979-1985) aonde se deu a articulação entre setores militares e da sociedade civil para administrar habilmente a transição ao regime democrático “pelo alto”⁸⁸, pressionados por diversos movimentos sociais.

A partir de 1965, com o Ato Institucional n.2 (AI-2)⁸⁹, foram 14 anos de bipartidarismo no país. A vida partidária ficou reduzida a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido de base do regime

⁸⁷ KOONINGS, Kees. O “exército político” brasileiro: faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM, p.7.

⁸⁸ Sobre a transição pelo “alto” cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2 ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

⁸⁹ Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso em Jun. 2013.

militar e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido de oposição formal e “consentida”, ou seja, autorizado pelo governo. Em Santa Catarina, o MDB foi organizado logo no final de 1965, mas fundado somente em 1966. Em Lages, sua primeira reunião foi em julho daquele ano. Segundo Elizabeth Silva, o seu contingente partidário era formado, sobretudo, por membros dos antigos partidos da cidade, como o PTB, UDN e apenas uma pessoa do PSD, sendo que seus primeiros fundadores eram, em sua maioria, profissionais liberais⁹⁰. A formação do partido em âmbito local foi contrária à lógica nacional. Segundo Skidmore: “a maior parte dos que se filiaram à ARENA haviam pertencido aos quadros da UDN, com número quase igual pertencente ao PSD, enquanto no MDB o maior número era do antigo PTB, vindo em seguida o PSD”⁹¹. A ARENA em Lages, por sua vez, foi formada por aqueles que se tornaram “os novos ricos” da cidade, por membros do PSD e por alguns membros da família Ramos. O que implica em dizer, que as particularidades locais muitas vezes alteram as regras do jogo, como veremos a seguir.

Com a intervenção dos militares vieram também as emendas constitucionais, os atos institucionais e medidas legislativas que implicaram em aposentadorias compulsórias, bem como a possibilidade de prisões arbitrárias, a censura, ao julgamento impreciso de atividades que passaram a ser consideradas “subversivas”. Segundo Edézio Nery Caon, foram presos em Lages:

Alceu Porto Alegre, Ariovaldo Neri Caon, Armando Muniz, Arnaldo Rosa, Dioclécio Viero, Domênio Detoffol, Edézio Nery Caon, Eptácio Borges, Eurávio Zanôni, Francisco Rodrigues, Guarino Iléo, Ernani Francisco da Rosa, Hugo Melo, Jaime Garbelotto, João Rath de Oliveira, Jonas Martins, Júlio Nunes, Luiz Rodrigues Bica, Miguel Mezza, Osny Paim, Otácilio Calixtro dos Santos, Nicolau Roncaglio, Elizeu Concer, Luis Valente⁹².

⁹⁰ SILVA, Elizabeth. *Op. Cit.* p.74-79

⁹¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.105/106.

⁹² CAON, Edézio Nery. *Op. Cit.* p.112.

Francisco Kuster, em depoimento a Tâmyta Fávero, recordou da censura imposta as panfletagens do MDB em Lages; “[...] a gente imprimia um monte de coisas, mas eles prendiam. Prendiam de manhã e a tarde tinham outros na praça, até que eles não deram conta mais de prender, e aquilo passava assim pro povo, pros jovens”⁹³. Paulo Tarso em sua pesquisa ouviu um comunicador local, o qual apontou que “naquela época tudo estava sob controle. Censura em cima de censura. [...] a gente ficava fazendo programas de auditório com militares nas nossas costas com metralhadoras”⁹⁴. Nessas falas podemos perceber a natureza das alterações entre Estado e sociedade a partir de 1964, que se tensionaram, fundamentalmente, a partir do Ato Institucional n.5, a “expressão mais acabada da ditadura militar brasileira”⁹⁵.

Além disso, as decisões dos militares na área econômica impactaram diretamente na vida nacional, o que colaborou para aprofundar a precária situação dos trabalhadores, tais como aqueles que aos poucos iam se acumulando nas periferias lageanas após os anos do “ciclo da madeira”. O salário mínimo, por exemplo, caiu 25 por cento no governo Castelo Branco⁹⁶. E entre 1969 e 1973, o PIB brasileiro atingiu uma taxa de crescimento anual de 9%, chegando a 11% em 1973, fenômeno que ficou conhecido como “milagre econômico”⁹⁷, que segundo Nelson Werneck Sodré foi “uma estrutura econômica e financeira que se fundava na concentração de renda, na espoliação e na redução do salário, empobrecendo consideravelmente o povo e baixando o seu nível de vida”⁹⁸. Essas medidas, com avanços consideráveis nos setores industriais, além de legitimar o regime no campo econômico, também permitiram os militares combinar alto grau de autoritarismo, restrições políticas e a criar propagandas de cunho nacionalistas, exaltando suas “conquistas”. Fábio Earp e Luiz Carlos Prado enfatizam que:

⁹³ FÁVERO, Tâmyta. *Op. Cit.* p.48.

⁹⁴ NUNES, Paulo de Tarso. “*Se a clube não deu, é porque não aconteceu*”: *Rádio clube de Lages, comunicação e poder político na região serrana de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001. p.151/152

⁹⁵ D’ARAUJO, Maria Celina. Fatos e imagens: o AI-5. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em mai. de 2013.

⁹⁶ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*

⁹⁷ EVERS, Tilman. Sobre o comportamento político das classes médias no Brasil, 1963-1977. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982, p.97.

⁹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p.105.

Durante o governo Médici a busca de legitimidade deslocou-se definitivamente do plano político para o plano econômico. A ideia de que estava em processo a construção de um “Brasil Potência” passou a constituir-se a base da propaganda do governo e o fundamento de sua legitimidade⁹⁹.

Esse processo só foi possível, segundo Régis de Castro Andrade, pela adoção de medidas como o arrocho salarial, a concentração de renda e propriedade, uma medida imposta à força, sendo que greves foram proibidas, sindicalistas foram perseguidos¹⁰⁰. No final das contas, quem arcou com os custos do “milagre” foram os trabalhadores, como destaca Marly Rodrigues: “o ônus social do ‘milagre brasileiro’, e também de sua crise, recaiu com maior intensidade sobre a classe operária, a primeira a ser oprimida pelo arrocho salarial, pelo desemprego, e pelas dificuldades de acesso a moradia, assistência médica e educação”¹⁰¹.

Esse rápido “desenvolvimento” industrial, baseado na “concentração de renda e desigualdade social”¹⁰², ao contrário das consequências que deixou para o país, teve uma vida muito curta. Em 1973, com a crise do petróleo e as mudanças econômicas internacionais, o “milagre econômico” apontou para seu esgotamento. Desta forma, a legitimidade do regime, que era ancorada principalmente nos resultados do “milagre”, começou a ruir. Koonings argumenta que o fim do “milagre econômico” exigiu do governo um regime mais sintonizado com a base de apoio civil [...]”¹⁰³.

Com isso, os militares passaram a discutir a possibilidade de abertura política, pensando principalmente na preservação das forças armadas e como mantê-la à frente do processo, sem grandes rupturas¹⁰⁴. Yan Carreirão de Souza aponta que “com o esgotamento do ‘milagre

⁹⁹ EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.228.

¹⁰⁰ ANDRADE, Régis de Castro. A economia do capitalismo selvagem. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982, p.140.

¹⁰¹ RODRIGUES, Marly. *O Brasil da abertura: de 1974 à constituinte*. 5 ed. São Paulo: Atual, 1990. p.20.

¹⁰² CARDOSO, Fernando Henrique. A questão da democracia. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982, p.105.

¹⁰³ KOONINGS, Kees. *Op. Cit.* p.25/26.

¹⁰⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. Cit.* p.262.

econômico’, o regime militar se vê pressionado a patrocinar o processo de ‘abertura’, numa tentativa de se legitimar politicamente”¹⁰⁵. A partir de 1973, portanto, iniciaram-se as estratégias do governo para liberalização do regime, o que despontou posteriormente no projeto de distensão e abertura política “lenta, gradual e segura”, projeto desenvolvido ao longo do governo de Geisel (1974-1979), que entendemos aqui, marca a segunda fase do período ditatorial. Esse projeto fomentou um processo que logo fugiu - em partes - do controle militar e resultou na ascensão da oposição e a reorganização de diversos setores que lutavam pela redemocratização do país.

A virada política - 1974

O MDB, paralelamente a esse processo, foi conquistando aos poucos a população, pois, segundo Skidmore, se concentrou em três questões fundamentais: na desigualdade social, denunciando os critérios de distribuição de renda do governo; nas violações dos direitos humanos (torturas, censura, repressão); e no processo de desnacionalização, denunciando a infiltração estrangeira na economia do Brasil¹⁰⁶. A ascendência do MDB pode ser visualizada, quando analisamos a percentagem de votos nas eleições do período militar. No senado em 1966 o partido recebeu apenas 34,2% dos votos, mas em 1974 já contou com 50%. Nas assembleias estaduais recebeu 28,2% no primeiro pleito e em 1974, 38,8%¹⁰⁷.

Em Lages, em 1968, o MDB quase venceu o partido do regime, com 12.912 votos¹⁰⁸. Já em 1972, ganhou a eleição, mesmo que com pouca diferença. De um total de 44.222 votos, a sublegenda de Juarez e Dirceu, recebeu 13.445, angariando também os votos de Laerte Ramos e Clito Zapelini, que receberam 10.839 votos, e somados resultariam em 24.284 contra 18.316 votos da ARENA¹⁰⁹. Silva ressalta que “graças à sublegenda, isto é, a possibilidade permitida pela lei eleitoral, de candidatos do mesmo partido concorrerem pelo mesmo cargo e dando o resultado para o partido, a soma de votos desses candidatos, a prefeitura

¹⁰⁵ CARREIRÃO, Yan de Souza. O bipartidarismo em Santa Catarina (1965-1979). In: *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990, p.88.

¹⁰⁶ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.* p.338.

¹⁰⁷ CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nov. 2005, p.95.

¹⁰⁸ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.114.

¹⁰⁹ FÁVERO, Tâmyta Rosa. *Op. Cit.* p.42.

finalmente passaria para o MDB”¹¹⁰. Ou seja, em poucas palavras, podemos dizer que a primeira vitória do MDB em Lages foi resultado (também) das medidas políticas autoritárias - pois ao invés de limitar o sucesso político da oposição através das sublegendas, acabou colaborando com o triunfo do adversário.

A primeira vitória do MDB em Lages, em 1972, foi uma exceção se compararmos o quadro nacional. Skidmore, ao comentar sobre as eleições realizadas nesse ano, enfatiza a ARENA “ganhou de modo retumbante, ficando com 88 por cento das prefeituras”¹¹¹. Além disso, aponta o historiador norte-americano, o MDB não possuía organização em muitos municípios rurais. Em contraste, era forte a oposição nas áreas urbanas, o que sugeria que o voto emedebista “poderia aumentar consideravelmente na medida em que o Brasil se transformasse em uma sociedade predominantemente urbana”¹¹². E de fato, este parece ser um fator importantíssimo para compreendermos a transição política em Lages na década de 70 e a primeira vitória do partido em 1972, visto as transformações da cidade nas duas décadas do “ciclo da madeira” e seu recente processo de urbanização, conforme vimos no capítulo anterior.

A virada política, no entanto, se deu em 1974. Ano em que se realizaram as eleições para assembleias estaduais, câmara de deputados e senado federal, que segundo Skidmore foi “o teste eleitoral mais importante ao nível federal desde 1964”¹¹³. Com a “distensão política” do regime, as eleições acabaram tomando outra dimensão, pois com a relativa liberalização, a oposição aproveitou os diversos espaços para manifestar suas propostas, realizar suas campanhas, incluindo-as em programas de rádio e televisão. As medidas em torno da “distensão” permitiram “a realização das eleições de 1974 em condições mais livres e resultaram num surpreendente desempenho eleitoral do partido de oposição”¹¹⁴.

O MDB chegou perto de dobrar sua representação na câmara de deputados, já a ARENA caiu de 223 cadeiras para 199. Nas assembleias estaduais não foi diferente. O partido de oposição assumiu as assembleias do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Acre e Amazonas¹¹⁵. Nas palavras de Carlos Nelson Coutinho:

¹¹⁰ SILVA, Elizabeth. *Op. Cit.* p.104.

¹¹¹ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*p.297.

¹¹² *Idem. Ibidem.* p.231.

¹¹³ *Idem.* p.335.

¹¹⁴ KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n.4, p. 3-12, 2001, p.5.

¹¹⁵ SKIDMORE, Thomas. *Ibidem.* p.337/338.

“progressivamente a fachada legal foi se enchendo de conteúdo real: o MDB se tornou uma efetiva frente política de oposição”¹¹⁶. Passado dez anos do golpe de 1964, os desgastes e o processo político iriam comprometer o regime militar. Como relatou Hugo Abreu: “com dez anos no poder, sem conseguir pôr em prática quase nada do que se propusera, podemos compreender a enorme insatisfação popular manifestada nas urnas a 15 de novembro de 1974”¹¹⁷.

Daniel Aarão Reis enfatiza que “a ditadura como fórmula política, perdia legitimidade aos olhos de grande parte dos *de cima*: capitalistas, chefes militares, políticos de expressão, formadores de opinião”¹¹⁸. Em meados dos anos 70 o regime militar, em função das diversas críticas de órgãos internacionais de direitos humanos aos casos de tortura e da sua intensa centralização de decisões na área econômica, perdeu antigos aliados políticos: empresários, que segundo Florestan Fernandes, preferiam algum restabelecimento do regime representativo “[...] que compatibilizasse um desenvolvimento capitalista com segurança sem os custos econômicos e os riscos políticos de uma ditadura militar mais ou menos incontrolável pelo tope da sociedade civil”¹¹⁹ e também o governo norte-americano. Jimmy Carter, que em entrevista argumentou que:

O Brasil não tem um governo democrático. É uma ditadura militar. Em muitos aspectos é altamente repressiva para os presos políticos. Nosso governo deve corresponder ao caráter e aos princípios morais do povo americano e nossa política externa não pode contorna-los em troca de vantagens temporárias¹²⁰.

As eleições municipais de 1976 apresentaram outros interessantes resultados para a oposição, o que implicou em mais desgaste ao governo, segundo Skidmore:

¹¹⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992, p.50.

¹¹⁷ ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p.80.

¹¹⁸ REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.45.

¹¹⁹ FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: Queros, 1982, p.20.

¹²⁰ CARTER *apud* GASPARI, Elio. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.30.

A ARENA, como era esperado, ganhou folgadoamente nas regiões menos desenvolvidas, onde fazer-lhe oposição era muitas vezes suicídio político. Mas nas cidades maiores o MDB demonstrou sua força, obtendo a maioria nas câmaras municipais do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos¹²¹.

Nesse contexto de intenso desgaste, mesmo com algumas “manobras políticas”¹²², o governo não conseguiu “dissolver” a oposição do MDB e da sociedade civil. Maria Paula Araújo afirma que “é inegável que a abertura política de Geisel, com todas as suas contradições, inaugurava um novo cenário político para a atuação das esquerdas e dos movimentos populares”¹²³. Porém, os militares não queriam deixar que o processo de abertura assumisse seus próprios termos. O impasse institucional é, portanto, simples: “pode-se desejar a democracia, mas se teme a democratização”¹²⁴.

Contudo, Skidmore, refletindo o legado político de Geisel, aponta que não houve dúvidas que Geisel e Golbery levaram o projeto de liberalização “mais longe do que muitos observadores consideraram possível em 1974. Habeas corpus restaurado, AI-5 revogado, a maioria dos refugiados políticos novamente no Brasil, censura suspensa [...]”¹²⁵. Eram de fato, avanços significativos para um governo militar autoritário. A guinada política no MDB em Lages, portanto, estava associada, além dos fatores históricos locais, ao contexto nacional, no qual o regime militar gerou, a partir das suas próprias deliberações, as condições para sua paulatina derrota nas urnas.

¹²¹ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.* p.372.

¹²² Por manobras políticas, estamos nos referindo a Lei Falcão, que após a eleição de 1974, coibiu os partidos de realizar campanha nos rádios e televisão em 1976, e ao Pacote de Abril (1977), que teve entre outros objetivos, alterar o mandato presidencial para seis anos, definir que leis poderiam ser aprovadas por “maioria simples”, o que visava facilitar que projetos do governo pudessem passar com mais tranquilidade no Congresso, diante da nova formação deste pós-eleição de 74, e também criou o senador “biônico”, figura que era eleita indiretamente por um colégio eleitoral tendo como pressuposto do regime a garantia de aliados políticos no senado. ABREU, Hugo. *Op. Cit.* p.62.

¹²³ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia: 1964 (...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p.324.

¹²⁴ ARAÚJO, Braz José de. Mudanças na estrutura social. In: KRISCHKE, Paulo J. (org.) *Brasil: do “milagre” à “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982, p.52.

¹²⁵ SKIDMORE, Thomas. *Ibidem.* p.407.

Mas para compreendermos esse processo, é necessário observar as diferenças entre o projeto dos militares e o processo político que se desenvolveu a partir dele. Segundo Adriano Codato: “[...] o projeto original de liberalização do regime ditatorial não foi idêntico ao processo político que ele desencadeou”¹²⁶. Maria Lúcia Duriguetto, citando Vianna, coloca em nota que:

O projeto e o processo de abertura traziam e expressavam lógicas distintas e contraditórias. O primeiro, orientado pelo seu caráter defensivo, inibidor; o segundo, ofensivo, emergente. No limite, a progressão continuada dos dois movimentos – do projeto e do processo – apontava para a negação da concepção de auto reforma embutida no projeto, com a sua superação pelo processo de abertura. Pois, o triunfo da auto reforma dependia do controle e da administração política sobre as forças políticas e sociais que sustentavam o processo de abertura. (Vianna, 1986, p.110)¹²⁷.

Em suma, o processo eleitoral de 1974 a 1979, o levante da oposição e a situação político-econômica somaram-se para alterar, cada um ao seu modo, o ritmo do processo da abertura política. Dentre os movimentos que ressurgem como oposição, podemos citar o movimento estudantil, o de mulheres, o de bairros e o contra a carestia¹²⁸. Nesse momento, diversos setores da esquerda partiram para uma “política de alianças que ia à direção de setores mais moderados da oposição, tendo como objetivo ampliar o movimento da sociedade civil contra a ditadura militar”¹²⁹. Florestan Fernandes, analisando a situação, sintetizou o processo, apontando que na realidade, “a ditadura foi batida silenciosamente, no terreno que ela própria escolheu para travar o combate. O sistema viu-se posto em confronto, portanto, com uma massa de forças sociais que não poderia ser submetida por meio da

¹²⁶ CODATO, Adriano Nervo. *Op. Cit.* p.94.

¹²⁷ DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007, p.139.

¹²⁸ SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p.287.

¹²⁹ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Op. Cit.* p.323.

violência [...]”¹³⁰. Enfim, “a conquista da democracia tornou-se, desde 1974, o *leitmotiv* da política brasileira”¹³¹.

O MDB em Lages 1972-1977

O partido de “oposição consentida” se tornou efetivamente um partido de oposição. Eleito em 1972, Juarez Furtado ficou à frente da prefeitura até 1976. Sua eleição ficou conhecida por ser o marco que assinalou o fim de uma era política da oligarquia Ramos. A sua gestão se destacou das anteriores, principalmente, pelas suas realizações na área urbana da cidade: houve melhorias nas iluminações públicas dos bairros, foi construído um mictório em praça pública, instalou a iluminação do estádio de futebol, iniciou uma campanha para arborizar a cidade, inaugurou a nova rodoviária municipal, planejou e reformou o calçamento da Praça João Costa na área central, até hoje, uma referência para os lageanos.

Além disso, diante da situação econômica, a gestão de Juarez tentou buscar alternativas para um novo ciclo de industrialização da cidade. Segundo Andrade: “o objetivo era modernizar a cidade e colocá-la nos trilhos do desenvolvimento econômico pelo qual o Brasil passava naquele período de ditadura, onde propagandeava o “milagre econômico”¹³². Foi nesse período que surgiu o bairro industrial de Lages, sendo que já em 1973, dezoito novas indústrias se instalariam na região, pela série de incentivos fiscais da prefeitura e disponibilização de mão de obra e recursos naturais da região”¹³³.

Nesse período as articulações do MDB se dão fundamentalmente nos bairros através dos subdiretórios municipais. Conforme argumenta Munarim, a promoção de “participação popular” no governo de Furtado, não deixava de ser uma forma autoritária de controle, mas, todavia, “constituíram o que se pode chamar de primeiras organizações populares generalizadas nas massas de que se tem notícia na região serrana de Santa Catarina”¹³⁴. Curioso notar, que em 1974, muitos membros desses subdiretórios já eram considerados filiados ao MDB, segundo atas das reuniões levantadas por Elizabeth Silva. A partir dos registros da prefeitura, eram cinquenta e dois diretórios na cidade, e

¹³⁰ FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.* p.30.

¹³¹ WEFORT, Francisco C. *Por que democracia?* 3 ed. São Paulo: Brasiliense: 1985, p.51.

¹³² ANDRADE, Edinara Terezinha. *A força do povo: do clientelismo diádico ao clientelismo de massas*. Blumenau: Letra Viva, 1996, p.21.

¹³³ Realizações e obras públicas em síntese anexa em SILVA, Elizabeth. *Op. Cit.* p.217.

¹³⁴ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.151/152.

vinte e seis no interior do município, totalizando setenta e oito núcleos, sendo que esses subdiretórios podem ser considerados *núcleos do partido* no município¹³⁵.

Andrade enfatiza que o MDB para se consolidar como oposição em Lages, criou – como estratégia – subdiretórios em quase todos os bairros e distritos, para combater as propostas centralizadoras do governo federal e para criar instrumentos de aproximação com a população, tendo em vista o medo das pessoas de se filiarem ao partido¹³⁶. Juarez, ao que tudo indica, não se diferenciou substancialmente de outros políticos da situação¹³⁷. Seu pai havia sido um importante cabo eleitoral de Vidal Ramos Junior e compadre de Nereu Ramos. Segundo Fávero: “Juarez se filiou ao MDB por não encontrar oportunidade na ARENA”¹³⁸. Sua atuação política se concentrou em obras que davam visibilidade para agradar as camadas da classe média urbana e também atuou politicamente para manter contato com a população enviando, por exemplo, cartões de feliz aniversário, participando de velórios e enterros ou cumprimentando os seus correligionários nas ruas da cidade.

Dentro do MDB Juarez pode ser associado ao grupo dos “moderados”, que evitavam a “radicalização”, ligados, por exemplo, a Orestes Quércia. Dirceu, então vice-prefeito, pode ser considerado parte de outro grupo, a ala dos “autênticos”, como se denominaram os novos deputados eleitos pelos MDB, em sua maioria na década de 70, e que tinham uma opção mais combativa, a exemplo de Pedroso Horta¹³⁹. Conforme Skidmore:

Os autênticos defendiam uma postura agressiva, de protesto contra as ilegalidades e os atos arbitrários do governo militar. Os moderados, por outro lado, recomendavam uma linha de cautela, de modo a minimizar possíveis pretextos para novos abusos de poder¹⁴⁰.

¹³⁵ SILVA, Elizabeth. *Op. Cit.* p.108, 109, 112.

¹³⁶ ANDRADE, Edinara Terezinha. *Op. Cit.* p.22.

¹³⁷ *Idem. Ibidem.* p.81

¹³⁸ FÁVERO, Tâmyta Rosa. *Op. Cit.* p.47.

¹³⁹ ANDRADE, Edinara. Democracia participativa no município de Lages-SC e a cultura política da esquerda brasileira nos anos 70. *Katalysis*. N.1. 1997, p.79.

¹⁴⁰ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.* p.232.

Esses grupos, passariam a desempenhar “papéis chaves na dialética interna do partido”¹⁴¹. Não parece fortuito que os dois tenham se distanciado durante os anos da primeira gestão e que posteriormente, em discurso na Câmara federal, anos depois Juarez tenha classificado a gestão de Dirceu, seu sucessor, como “coisa de comunista e baderneiros”¹⁴². Essas diferenças e atritos, acreditamos, tiveram algum impacto na reeleição do MDB. Contudo, foi nesse momento onde surgiram os subdiretórios, início de uma nova dinâmica política local, pois “os problemas da coletividade eram levados à prefeitura por um intermediário: os cabos eleitorais”¹⁴³. A prefeitura que até pouco tempo era a segunda casa dos Ramos, agora estava com as “portas abertas”. Segundo depoimento de Juarez Furtado, referindo-se ao cabo eleitoral: “[...] seu acesso nos órgãos da Prefeitura, assim como no Gabinete do Prefeito, era livre de qualquer formalismo”¹⁴⁴.

Prelúdios a “força do povo”

O legado deixado pelos Ramos de que política era coisa de família e se resolvia entre alguns poucos foi encerrado com a eleição de Juarez em 1972, muito embora este tenha contado com o apoio de Aristiliano Ramos e também da viúva de Vidal Ramos Junior, por uma relação de “compadrio”. Este foi provavelmente os últimos resquícios políticos da família que já estava em franca decadência. Esse apoio, acreditamos, deve ser considerado, mas com um peso bem diminuto quanto a outros fatores que influenciaram na ascensão do MDB em Lages, como é o caso da urbanização do município, a alteração do perfil do eleitor e a insatisfação com o regime, por exemplo. Durante os anos da primeira gestão do MDB, Dirceu Carneiro, então vice-prefeito, iniciou uma espécie de campanha paralela, onde criou contato direto com a população, principalmente com os lageanos que residiam na área rural. É certo que mais tarde essa estratégia fez alguma diferença para sua vitória como prefeito em 1977, mas não explica (por si só) a sua eleição.

Os fatores que colaboraram para a existência e realização das duas gestões, o decênio do MDB, e especialmente para a gestão de Dirceu Carneiro, seguramente não são nada simples e casuísticos. A

¹⁴¹ ANDRADE, Edinara Terezinha. *Ibidem*. p.35.

¹⁴² SILVA, Elizabeth. *Op. Cit.* p.108, 109, 179.

¹⁴³ ANDRADE, Edinara Terezinha. *Ibidem*. p.23.

¹⁴⁴ Depoimento citado por ANDRADE, Edinara Terezinha. *Op. Cit.* p.22.

decadência dos Ramos (ou da oligarquia local), embora faça parte desse conjunto de fatores e colabore para a renovação política da cidade, isolada, não esclarece a ascensão da “força do povo”. O surgimento de um novo segmento social, durante e após o “ciclo da madeira”, uma espécie de “classe média”, são importantes, é verdade, mas também não podem ser vistos como determinantes para explicar os dez anos de oposição. As intrigas internas da ARENA tão pouco nos parecem um bom argumento para desvendar a conjuntura¹⁴⁵, ainda que tenham de ser ponderadas.

Na verdade, todos esses fatores devem ser considerados, bem como os fenômenos circundantes e condicionados por eles, pois todos, de alguma forma, são significantes para compreender a transição política no seu conjunto. Ao ampliarmos o foco para o contexto nacional, por exemplo, vamos notar que a partir de 1974, com o projeto de distensão do regime militar, o associativismo civil foi uma forma de organização generalizada pelo país, principalmente nos centros urbanos, onde, por conta da urbanização, havia diversas demandas por serviços públicos. Marly Rodrigues, referindo-se aos trabalhadores no período após o “milagre econômico” aponta que:

Nos bairros carentes de rede de água, esgoto e de transportes, habitam os “santos do milagre”, os trabalhadores que, apesar da imensa riqueza produzida no País, ficaram cada vez mais pobres. Partícipes menores da sociedade de consumo, para eles o ufanismo verde-amarelo das propagandas do governo se assemelhava mais a um quadro negro. Oprimidos pelos baixos salários, pelas difíceis condições de vida na cidade e pela repressão – que impedia o exercício dos direitos políticos e a expressão de opiniões -, tinham que enfrentar ainda o desemprego, que a partir de 1981 se tornaria crítico¹⁴⁶.

Esses trabalhadores, com baixos salários, excluídos dos processos de decisão política, agrupados nos bairros e periferias vão ser justamente os novos “atores sociais” da década de 1970. Em 1985, escrevia Weffort, “na área dos movimentos populares, assistiu-se, nos últimos

¹⁴⁵ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.117.

¹⁴⁶ RODRIGUES, Marly. *Op. Cit.* p.6.

dez anos, a uma extraordinária proliferação das sociedades de bairro”¹⁴⁷. Skidmore, nesse sentido, fez uma interessante observação:

Um conjunto de atores históricos sobre os quais muito se tem falado são certas organizações de nível local, com as comunidades eclesiais de base, as associações de bairro e a atividade sindical em nível de fábrica. [...] Todos brandiram sua força política, embora em diferentes ocasiões e para fins diversos. A continuação das pesquisas sobre o papel daqueles grupos será essencial, não somente para revelar como o Brasil emergiu do regime autoritário, mas também para esclarecer a dinâmica e o potencial democrático da Nova república¹⁴⁸.

No final da década de 70, a experiência acumulada nos longos anos de resistência possibilitou o retorno dos movimentos sociais, importante fator de pressão durante a abertura¹⁴⁹. O acúmulo dessas experiências indicou uma “*força social inovadora*”, segundo expressão de Jucirema Quinteiro, afinal, essa força desdobrou-se e ampliou-se, chegando a conquistar importantes municípios, produzindo práticas e alternativas concretas de poder popular¹⁵⁰, sendo que este processo tem um dos seus pilares “fincados” nos movimentos sociais que emergiram na metade da década de 70¹⁵¹. E talvez esta seja uma importante chave de leitura para compreender “a força do povo”.

É nesse período que *novos personagens entraram em cena*, conforme a feliz expressão de Eder Sader, ou seja, momento da emergência de sujeitos coletivos, que pela sua linguagem, seus valores, pelas suas características de ação social, moviam e anunciavam um “novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastada com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista após 1945”¹⁵².

¹⁴⁷ WEFFORT, Francisco C. *Op. Cit.* p.98/99.

¹⁴⁸ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.* p.13.

¹⁴⁹ RODRIGUES, Marly. *Op. Cit.* p.4.

¹⁵⁰ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.224.

¹⁵¹ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.225.

¹⁵² SADER, Eder. *Op. Cit.* p.36/37.

“A força do povo” – o MDB em Lages 1977-1982

Nessas bandas onde a geada mata tudo e a vida tem de renascer rápido, com a primavera, a ajuda mútua é um hábito muito arraigado. É que se não houver uma boa colheita no fim do verão, o inverno é mais duro.

Ibson Chaves, 1980.

A gestão de Dirceu Carneiro, portanto, não pode ser entendida como obra do acaso, afinal, os trabalhos de base já haviam sido iniciados na década de 70 (no contexto de abertura, reorganização dos movimentos sociais) e a participação popular, a partir das demandas das camadas populares, residentes no recém-formado centro urbano, pós-crise do ciclo da madeira, era de tal forma emergente que a oposição, para conquistarem os votos da população e apoio político tinha que priorizá-la em suas agendas. Dirceu Carneiro, é preciso dizer, venceu com a maioria dos votos, ultrapassando o número de votos de todos os outros três candidatos juntos, o que quer dizer, no mínimo que suas propostas (e do MDB) estavam em consonância com as demandas populares.

Carneiro, enquanto vice-prefeito, já estava à frente de projetos como “Viva seu bairro”, que foi uma espécie de projeto piloto para a elaboração dos projetos especiais desenvolvidos na sua gestão a partir de 1977. Além disso, participou ativamente na articulação dos subdiretórios do MDB e nas mobilizações sociais populares, tendo papel de destaque, por exemplo, nas mobilizações para a ocupação de terras nas áreas dos projetos de habitação (COHAB), do governo federal¹⁵³. Sua gestão foi profundamente marcada pela atuação das associações de moradores de bairro, que por sua vez, eram apoiadas pela prefeitura. Segundo Edinara Andrade, referindo-se ao projeto das associações: “tinha por objetivo mobilizar a população da periferia para sua participação ativa no processo político-administrativo do município, na busca de soluções para os problemas de cada bairro”¹⁵⁴.

As propostas para resolver os problemas de moradia, além dos outros projetos especiais, foi um dos pontos de destaque da experiência

¹⁵³ Suplemento especial do Correio Lageano. *Os bairros de Lages*. O bairro Petrópolis. 8 de Nov. de 1998. Disponível na biblioteca da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC).

¹⁵⁴ ANDRADE, Edinara Terezinha. *Op. Cit.* p.95/96.

de Lages, afinal, as pessoas com renda a baixo de dois salários mínimos não eram contempladas pelos programas de habitação do Banco Nacional de Habitação do governo federal, assim, “optou-se por viabilizar uma proposta que atendesse famílias com renda inferior a dois salários mínimos”¹⁵⁵. Segundo o complemento especial do *Correio Lageano* sobre os bairros de Lages:

A iniciativa da então administração municipal levava em conta vários fatores, dentre os quais a necessidade de fazer frente à política governamental para o setor habitacional popular, na época representado pelo BNH, que ao mesmo tempo que onerava os mutuários, também excluía grande parcela da população sem renda suficiente para se enquadrar nas exigências contratuais da referida instituição financeira¹⁵⁶.

O projeto de Habitação mobilizou as comunidades de Lages, que, a partir do “mutirão”, uma “prática secular” tradicional das comunidades rurais da serra, construiu aproximadamente 700 casas em parceria com a prefeitura. O projeto envolveu centenas de famílias carentes, sendo que para participar do projeto, as famílias tinham como critérios: ter baixa renda, o número de filhos (prioridade para famílias mais numerosas) e que residir em Lages há pelo menos cinco anos. Alves enfatiza que “diferentes dos esquemas espoliativos à economia popular do BNH, que só favorecem a rotação do capital das grandes empreiteiras e construtoras, o projeto lageano de habitação é construído pela força do povo com assessoria da equipe Dirceu Carneiro”¹⁵⁷. Em jornal comemorativo de dois anos de gestão, há uma página dedicada a temática do déficit habitacional:

Conquista da casa própria: um processo de libertação, a resposta lageana ao déficit habitacional. O banco nacional de habitação é hoje mais um instrumento de concentração de

¹⁵⁵ *Idem. Ibidem.* p.97. O serviço federal de habitação e urbanismo o SERFHAU foi criado em 1964, juntamente com o Banco Nacional de Habitação, que é o agente principal do sistema financeiro de habitação. SILVA, Elizabeth Silveira da. *Op. Cit.* p.125

¹⁵⁶ Suplemento especial do *Correio Lageano. Os bairros de Lages.* O bairro Petrópolis. 8 de Nov. de 1998.

¹⁵⁷ ALVES, Márcio Moreira. *A força do Povo: democracia participativa em Lages.* São Paulo: Brasiliense, 1980. p.10.

riquezas, aguçando mais ainda as dificuldades das maiorias populacionais, ao servir os interesses e financiar o conforto de uma classe dominante [...] o projeto lageano de habitação em nosso entendimento deverá oferecer às pessoas a possibilidade de acreditarem em si mesmas¹⁵⁸.

Segundo Andrade, o projeto popularizou a gestão, sendo o cartão postal da administração para os intelectuais, estudantes e jornalistas que iam a Lages conhecer a tão propagada “democracia participativa”¹⁵⁹. Uma dessas visitas foi a do educador Paulo Freire. Em outra oportunidade, o grupo envolvido com o espetáculo da *Ópera do malandro* realizou um espetáculo na cidade, do qual o valor das entradas foi revertido em favor do projeto.

Os projetos especiais propostos pela gestão destoaram de tudo aquilo que já havia sido proposto pela prefeitura em Lages, e talvez, no Brasil. À época, falava-se em “um divisor de águas, um momento de ruptura na história da administração pública”¹⁶⁰. Em que pese o exagero, talvez faça sentido se ligarmos ao fato de que poucas experiências do MDB desenvolveram uma experiência tão heterogênea e ligada as possibilidades de desenvolvimento local, como por exemplo, valorizar o pequeno agricultor, ao invés de investir em indústrias, e reutilizar materiais de construção para realizar obras nas periferias da cidade em trabalhos coletivos e cooperativos.

Entre os projetos especiais desenvolvidos podem ser destacados o de Associação de Moradores de Bairros, o projeto de Hortas Comunitárias, o Projeto Lageano de Habitação, Saúde Comunitária, Núcleo Agrícola, Ação Cultural, Mostra do Campo, Escola do Povo, Popularização do teatro, Artes nos bairros. Segundo Lori Silveira: “esses projetos especiais podem ser definidos como propostas alternativas de organização popular, com sentido de trabalho coletivo e que perseguiram um processo de conscientização política”, e complementa a autora: “com a finalidade, ainda de melhorar as condições de vida tanto da população urbana periférica, quando da população rural”¹⁶¹.

¹⁵⁸ LAGES, a força do povo. Um ano de habitação popular. Fevereiro de 1979. Jornal da Equipe Dirceu Carneiro.

¹⁵⁹ ANDRADE, Edinara Terezinha. *Op. Cit.* p.37.

¹⁶⁰ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.135.

¹⁶¹ SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Mostras do campo de Lages: educação e cultura na democracia participativa (1977 – 1983)*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2004, p.1

O projeto agrícola, por exemplo, segundo a lei municipal 550/82, previa a formação de núcleos agrícolas, a partir da iniciativa das comunidades interessadas, para reunir pequenos e médios agricultores para participar em regime cooperativo. Além disso, incentivou a criação de hortas comunitárias, com a oferta de oito meses de salário mínimo. O projeto de associação de bairros incentivou a criação de, pelo menos, 25 associações de moradores, até 1982, além de outros projetos como a popularização de teatro e cultura popular, companhia que teve destaque nacional e internacional com o grupo *Gralha Azul* - único representante brasileiro no festival internacional de teatro de bonecos na Polônia em 1981, ocasião em que a peça ficou entre as três melhores do mundo¹⁶².

Naquele contexto, a expressão “participação popular” passou a ser frequente nos discursos do partido de oposição ao regime e também dos movimentos sociais. Andrade sugere que é possível identificar duas fontes para essa emergência: o retorno dos exilados políticos, que haviam tido contato com experiências políticas na Europa e com isso a retomada do município como importante área de atuação, como um espaço importante a ser conquistado via eleitoral e em segundo lugar a emergência das organizações populares e o engajamento de diversos setores da oposição junto às mesmas: incluem-se aqui as esquerdas, intelectuais, profissionais liberais, religiosos e políticos progressistas¹⁶³.

Segundo Munarim, o que ocorreu, “foi o resultado da combinação das necessidades reais e forças potenciais das classes subalternas da sociedade com a vontade política de um grupo de agentes sociais que ocuparam o poder público municipal [...]”¹⁶⁴. É nesse contexto que surge o lema de “Lages, a força do povo”, o que talvez podemos intitular como “uma desburocratização do modo de fazer política, com a conseqüente transferência da execução de reformas para os sujeitos coletivos interessados em sua realização”¹⁶⁵. Quinteiro argumenta que:

A experiência de democracia participativa do governo lageano, se caracteriza pela vontade política baseada num certo tipo de intervenção

¹⁶² SCHWALB, Loren Fischer. *O teatro nas ruas de Lages: reconstrução do imaginário cênico em espaços públicos – as experiências do grupo Gralha Azul (1970) e do grupo de teatro Menestrel Faze-dô (1990)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2009, p.55.

¹⁶³ ANDRADE, Edinara Terezinha. *Op. Cit.* p.39.

¹⁶⁴ MUNARIM, Antônio. *Op. Cit.* p.162.

¹⁶⁵ A frase é de Carlos Nelson Coutinho, sobre outro contexto, mas acreditamos ser coerente com o tema que estamos abordando. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Op. Cit.* p.45.

pedagógica que se expressa no slogan – Lages: a força do povo. Os mediadores e articuladores dessa experiência formavam um grupo de jovens intelectuais recém-saídos da universidade, cuja preocupação central era a educação política vinculada à organização das classes populares. Eles se autodenominaram Equipe Dirceu Carneiro¹⁶⁶.

Tâmyta Fávero, por sua vez, interpreta a gestão da seguinte forma:

A equipe Dirceu Carneiro trazia a Lages um novo contexto social, uma nova cultura política onde a interação entre a população e o governo local desenvolve-se diferentemente das relações que se estabeleciam até aquele momento¹⁶⁷.

Al Neto, um fazendeiro local, jornalista e intelectual orgânico da elite conservadora, quando entrevistado por Márcio Moreira Alves na sua visita a Lages faz uma síntese muito interessante: “esses rapazes chegaram no momento histórico exato”¹⁶⁸. Essa afirmação, se interpretada em relação ao contexto da abertura política, da ascensão do MDB e principalmente, do levante dos movimentos sociais no final da década de 70 é altamente significativa. Não quer dizer que as coisas estavam dadas, afinal, a gestão foi feita a partir do trabalho de homens e mulheres, em um determinado período e um determinado espaço. E que para isso muito provavelmente se defrontaram com situações contraditórias, com obstáculos de diversas naturezas e empecilhos de toda ordem.

Contudo, o candidato e seu partido, naquele contexto, conseguiram encontrar nas demandas por participação popular, num misto de insatisfação com o que se dava a nível nacional e local, a chave para concretização de uma nova experiência política. É importante ressaltar que todas esses projetos, estavam sendo idealizados e foram realizados em um município “onde não havia qualquer tradição anterior de participação popular e muito menos de luta política”¹⁶⁹.

¹⁶⁶ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.10.

¹⁶⁷ FÁVERO, Tâmyta Rosa. *Op. Cit.* p.64.

¹⁶⁸ ALVES, Márcio Moreira. *Op. Cit.* p.117.

¹⁶⁹ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.77.

De todo modo, Lages estava ligada com algo que se desenvolvia (guardado suas particularidades) também em território nacional e foi, além disso, uma proposta local que acabou se transformando em um projeto coletivo, ao ser acolhido por pessoas de diferentes cidades do país e até mesmo do exterior. Foi intensa a divulgação dos trabalhos da “equipe Dirceu Carneiro”, algo que nos remete as circunstâncias do afrouxamento da censura e da atuação de determinados indivíduos que se posicionavam contra a ditadura: intelectuais, jornalistas, editores e diferentes organizações da sociedade civil. Nos anos 80, segundo Andrade, a experiência de Lages é amplamente divulgada e isso se deve a alguns fatores:

A repercussão que a experiência de Lages obteve junto à imprensa nacional, deve-se, sem dúvida, à concretização de práticas inovadoras da gestão municipal realizadas durante a gestão de Dirceu Carneiro e a ousadia do assessor de imprensa, Ilson Chaves da Silva, muito contribuiu para o reconhecimento nacional da “equipe Dirceu Carneiro”¹⁷⁰.

A experiência se tornou, portanto, um “projeto coletivo” de um grupo de pessoas (pequeno, mas significativo), para além dos limites municipais, para as quais, o que estava em jogo era a redemocratização do país. Envolveu, inclusive, instituições de outros Estados, das quais podemos citar o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), do Rio de Janeiro, no qual Juarez e Dirceu participavam desde 1973 de cursos, oportunidade na qual também conheceram a gestão do MDB em Campinas, em São Paulo, na época conhecida como “modelo de administração municipal”¹⁷¹, o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicos e Sociais – IEPES, coordenado pelo sociológico André Foster, que, segundo Edinara Andrade, teve um papel importante na elaboração e na implementação das propostas de administração participativa realizadas em Lages¹⁷², a Fundação Pedroso Horta, fundação ligada ao MDB e o Centro Brasileiro de Pesquisas (Cebrap) de São Paulo¹⁷³.

¹⁷⁰ ANDRADE, Edinara Terezinha de. *Op. Cit.*

¹⁷¹ ANDRADE, Edinara Terezinha de. *Op. Cit.*, p.21

¹⁷² *Idem. Ibidem.* p.38.

¹⁷³ SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.*, p.179.

Outra observação importante é notar a formação da “equipe Dirceu Carneiro”, a qual fazia um esforço deliberado para fugir das rotulações de cunho ideológico, sem se identificar com nenhuma tendência política da esquerda brasileira¹⁷⁴, mas segundo Munarim: “a ação desses “intelectuais da prefeitura” significou uma forte sacudida nas relações de classe concretas e historicamente empedernidas na Região serrana de Santa Catarina”¹⁷⁵. Quinteiro, em seu trabalho, discutindo a “ideologia” dos componentes da gestão, propõe que as mesmas têm algumas ligações com a década de 1960 e 70: jovens da classe média, saídos da universidade, militantes do movimento estudantil na década de 1960, a exemplo de Dirceu Carneiro¹⁷⁶, o assessor de comunicação e outros colaboradores.

Outro conceito que nos ajuda a refletir a “equipe Dirceu Carneiro” é pensa-los como *intelectuais engajados*, entendendo engajamento como participação e tomada de posição em determinado contexto (ditadura), militando em torno de uma causa (redemocratização). Ângela de Castro Gomes adverte, porém, que “a noção de intelectual, ela mesma de contornos fluídos, algo que se transforma com o tempo” indica dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida¹⁷⁷. Mas arriscamos associar “intelectuais”, aos sujeitos que a partir de suas condições e capacidades, realizaram uma análise crítica da dinâmica de funcionamento da sociedade, agiram em prol das ideias que os orientavam, dialogando com os problemas do seu tempo, a partir de sua *visão de mundo* e com *vontade para agir*, o que se realizou por um processo coletivo que envolveu intelectuais e população, a partir de relações concretas dentro do processo histórico - concepção esta orientada pelo pensamento do italiano Antônio Gramsci, segundo interpretação de Marcos Francisco Martins¹⁷⁸, que acreditamos, colabora para refletirmos a formação e atuação da equipe que foi importante articulador entre as demandas da sociedade civil e fomentadores da participação popular na política local. Conforme Quinteiro: “não há dúvidas que os Conselhos de Pais, as Associações de Moradores, os núcleos agrícolas, a associação de

¹⁷⁴ MUNARIM. *Op. Cit.* p.157.

¹⁷⁵ *Idem. Ibidem.* p.169.

¹⁷⁶ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.137.

¹⁷⁷ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.38

¹⁷⁸ MARTINS, Marcos Francisco. *Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica-educativo-cultural e política*. Pro-posições, Campinas, v.22, n.3 (66), set/dez 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000300010&script=sci_arttext Acesso em Jun. 2013, p.144.

pequenos e médios comerciantes e os grupos de jovens rurais, constituíram-se em instrumentos efetivos de participação popular”¹⁷⁹.

Rupturas, permanências, transição.

Porém, nos últimos dois anos de gestão, a “equipe” enfrentou uma série de novos problemas de ordem política e econômica. O primeiro decorreu da fragmentação do MDB, depois que o regime pôs fim ao bipartidarismo. Disto resultaria uma desarticulação de forças da oposição, há muito concentradas no MDB: formaram-se vários partidos, como o PP, PT, PDT, entre outros. A ARENA, porém, concentrou-se, sobretudo no PDS, novo-velho partido das elites. Fernandes, avaliando as estratégias do governo, com muita lucidez já havia identificado o objetivo dos militares, que ao contrário do que se acreditava não se voltava apenas para a fragmentação do MDB ou a pulverização da oposição em geral, mas “voltava-se para a criação de um partido alternativo da situação [...]”¹⁸⁰.

Aguiar, sobre os impactos das mudanças eleitorais de 1979, citando Lamounier, comenta que o adiamento das eleições de 1980 para prefeitos e vereadores trouxe grande desgaste para os partidos envolvidos “durante mais de dois anos na difícil tarefa de organização e de adaptação a nova legislação partidária e eleitoral, em muitos aspectos ainda indefinida”¹⁸¹. Munarim, por sua vez, coloca que “estes foram dois anos de prorrogação perniciososa, também pelo que possibilitaram de afloramento de personalismos em alguns membros da equipe, que acabou resultando no desvio de muitas das conquistas da “Força do Povo”¹⁸².

Outro fator com relativo peso político foi a articulação de Jorge Bornhausen, líder do PDS e governador do Estado, que desde o início havia desmoralizado a experiência do MDB em Lages, da qual se referia como uma “republiqueta marxista”, ocasião em que Dirceu respondeu com perspicácia: “ideologia marxista é o estratagemma que oligarquias corruptas sempre usaram para proteger suas imoralidades, suas injustiças contra o povo, seu desrespeito à gente humilde [...]”¹⁸³.

¹⁷⁹ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.185.

¹⁸⁰ FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.* p.28.

¹⁸¹ AGUIAR, Itamar. As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições. Dissertação de Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991, p.33

¹⁸² MUNARIM. *Op. Cit.* p.156.

¹⁸³ QUINTEIRO, Jucirema. *Ibidem.* p.236.

Bornhausen e seu partido, utilizando a máquina pública, incentivaram a criação de órgãos estaduais na cidade, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento Regional, ocasião em que o número de funcionários estaduais era paralelo ao número de funcionários da prefeitura.

Quinteiro também destaca alguns fatores como a revolta da classe média e dos moradores do centro da cidade, uma vez que a administração havia se voltado quase que exclusivamente “para o atendimento às pessoas carentes, que residiam na periferia do município”¹⁸⁴. Além de que a prefeitura havia perdido dois importantes distritos (Otacílio Costa e Correia Pinto, ambas concentravam empresas de papel e celulose e significavam 40% do orçamento do município), ao que tudo indica, uma ação que contou com a influência das elites estaduais, o que gerou a crença de que para o “bem de Lages, seria preciso que o futuro prefeito fosse do mesmo partido do que o futuro governador [...]”¹⁸⁵.

Em suma, em 1982, a gestão acabou perdendo as eleições para o partido das elites locais, apoiadas pelo governo do estado. Naquele ano, Carlos Estevam Martins se perguntaria em artigo da *Folha de S. Paulo*: “como se explica a vitória do PDS justamente no município em que o PMDB colocou em prática os ideais da democracia participativa?”¹⁸⁶. Muitos daqueles que haviam conhecido a experiência de Lages esforçaram-se para compreender os motivos da derrota. Elizabeth Silva dedicou um capítulo da sua tese sobre o tema¹⁸⁷. Seu principal argumento aponta para as intrigas internas do partido e que isso teria impedido a escolha de um sucessor.

Aguiar, em seu estudo sobre as eleições de 1982 em Santa Catarina apontou que as elites também não pouparam esforços para tentar vencer os pleitos municipais, segundo ele: “entendemos como nossa hipótese central, o fato de que a ação “coordenada” dos setores da elite dominante estadual foi responsável pela derrota das oposições nas eleições de 1982”¹⁸⁸. Paulo Duarte, então candidato a prefeito em 1982 pelo PDS, assumiu na sua campanha que iria continuar os projetos desenvolvidos na gestão de Dirceu Carneiro¹⁸⁹. Conforme Hugo Abreu, “numa eleição municipal, está em jogo muito mais o interesse da

¹⁸⁴ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.*. p.115.

¹⁸⁵ *Idem. Ibidem.* p.205.

¹⁸⁶ *Idem. Ibidem.* p.213.

¹⁸⁷ SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.*

¹⁸⁸ AGUIAR, Itamar. *Op. Cit.* p.5

¹⁸⁹ ANDRADE, Edinara Terezinha de. *Op. Cit.* p.39.

comunidade, a qualidade individual do candidato, do que a colocação partidária de sua legenda”¹⁹⁰.

O MDB/PMDB, portanto, encerrou seu ciclo político em Lages. Os projetos, ao contrário do que havia prometido o candidato do PDS, foram sendo desativados aos poucos. Sugestivo, por exemplo, que o grupo Galha Azul tenha saído de Lages em 1983 e que agricultores do núcleo agrícola de Bocaina do Sul tenham entrado em litígio com a nova gestão da prefeitura por conta de um galpão. A população teve sua área de atuação política novamente restrita, mas desta vez organizados a partir das associações de moradores, o que implicaria na sua auto-organização, sem o incentivo da prefeitura, para continuar pressionando o poder público para solucionar seus problemas cotidianos.

E o que restou? No início deste trabalho, mencionamos que a memória política da cidade, ainda hoje está ligada aos Ramos, tendo em vista que seus nomes estão gravados nos nomes das ruas, nos colégios e espaços públicos. Hoje, três décadas depois daquela gestão do MDB, com exceção daquelas pessoas que participaram da experiência ou que se interessam pela história política da cidade, são poucos os que conhecem os trabalhos que foram desenvolvidos pela “Equipe Dirceu Carneiro”; ainda que uma frente política tenha tentado recuperar o slogan de democracia participativa na década de 1990, mas era outro contexto. Loiva Félix, discutindo a problemática da memória, argumenta que “todo grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos; penalizada em seu presente e desorienta-se diante do futuro”¹⁹¹.

Como já enfatizamos, esta experiência se desenvolveu em um contexto político muito adverso: ditadura militar e a oposição das elites, por exemplo. Sem contar que o orçamento destinado aos municípios naquele momento era baixíssimo: a União concentrava 69%, os Estados 29%, sendo que para o município brasileiro, restavam apenas 2%, e destes 2%, 80% dependiam da transferência da área estadual e federal¹⁹². Em outras palavras, a gestão se concretizou com inúmeras dificuldades, “não sob as circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontaram diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, como assinalamos no início deste trabalho.

¹⁹⁰ ABREU, Hugo. *Op. Cit.* p.81.

¹⁹¹ FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediuuf, 1998, p.19.*

¹⁹² QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.187.

De qualquer forma, devemos enfatizar os impactos políticos que podemos identificar e interpretar, depois de decorridos dez anos de oposição em Lages, através do MDB. Lori Silveira, em seu trabalho, por exemplo, transcreve um depoimento de um agricultor sobre a relação do núcleo agrícola com a nova gestão da prefeitura: “quando o Paulo Duarte assumiu a prefeitura, eles quiseram tirar a organização da Associação [...] inclusive queriam mudar o nome da festa, mas a gente resistiu”¹⁹³. Cristina Scheibe, ainda no final dos anos 80, em uma pesquisa para o projeto *Universidade na roça*, anotou o relato de outro agricultor:

No começo eles quiseram nos desapropriar, nos tachando de comunistas, de interesseiros políticos, que aquilo era política, que aquilo não tinha nada a ver com associação, que nós éramos uns rebeldes, que nós não obedecíamos ninguém, mas nós não obedecemos porque eles queriam nos desapropriar. Eles queriam tirar o nosso direito¹⁹⁴.

“Direito”, “resistência”, palavras chaves em um período no qual insurgiam novos atores históricos, novas discussões políticas, novas demandas nos meios rurais e urbanos. Como assinalou Marilena Chauí:

No correr dos anos 1980, no processo de implantação da democracia, vimos surgir no Brasil um novo sujeito político: os movimentos sociais e populares, que deram existência a um sujeito coletivo que, na luta de classes, ergueu-se na criação de direitos sociais, econômicos e culturais, ultrapassando os direitos civis da democracia formal rumo à cidadania numa democracia substantiva¹⁹⁵.

Também foi organizado, após a derrota da “equipe Dirceu Carneiro”, a partir de um coletivo de pessoas ligadas a gestão, um coletivo de educação popular, o Centro Vianeí. Segundo Munarim, “[...] na sua prática de educação desempenha um papel de intelectual coletivo,

¹⁹³ SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Op. Cit.* p.94.

¹⁹⁴ SCHEIBE, Cristina. *Associação de Bocaina: uma conquista dos agricultores*. Projeto universidade na roça: UFSC. 1988, p.26.

¹⁹⁵ CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p.11.

que trabalha conjugando o trabalho teórico e as atividades de educação e organização de segmentos das classes populares”¹⁹⁶. No seu jornal comemorativo de dez anos da entidade, consta aquele que seria seu alvo desde 1983: “a democratização do Estado e da sociedade, a partir da realidade local”¹⁹⁷.

Além disso, a experiência possui dois grandes registros: o livro de Márcio Moreira Alves *A força do povo: democracia participativa em Lages* (1980) e o documentário de Maria Teresa Porciúncula Moraes *Lages, a força do povo* (1982). Os dois funcionam como uma espécie de registro do legado da “experiência de Lages”. Conforme Jacques Le Goff, a apreensão da memória depende, deste modo, do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de certo modo de apropriação do tempo¹⁹⁸.

Havia um anseio político pelo novo, e podemos constatar isso, quando tomamos conhecimento que a primeira edição do livro de Márcio, uma referência sobre o tema, editado pela editora brasileira, esgotou em menos de três meses. Esse livro possibilitou que dezenas de caravanas de estudantes dirigissem-se para a cidade, a fim de conhecer “a força do povo”¹⁹⁹. Segundo Alves, o objetivo do livro era:

1) demonstrar a possibilidade de se administrar uma prefeitura brasileira, dentro das limitações econômicas e políticas atualmente impostas ao país; 2) demonstrar a importância da integração da população nas decisões administrativas [...] 3) demonstrar que existem possibilidades de se reproduzirem muitas experiências de Lages, mesmo fora do sul maravilha²⁰⁰.

O livro é composto por doze partes, incluindo o prefácio do sociólogo Maurício Tragtenberg e o Código Tributário de Lages em anexo. Os capítulos, de uma forma geral, tratam dos projetos especiais da gestão, detalhando-os na medida em que, paralelamente, discute-se o contexto local/nacional, incluindo algumas anedotas sobre os costumes e

¹⁹⁶ MUNARIM. *Op. Cit.* p.5.

¹⁹⁷ PIXURUM. Vianei: dez anos. Lages. N.39. Ano 5. dez. 1993..

¹⁹⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.419.

¹⁹⁹ QUINTEIRO, Jucirema. *Op. Cit.* p.8.

²⁰⁰ ALVES, Márcio Moreira. *Op. Cit.* p.16.

tradições populares, o folclore lageano, registrando também entrevistas que o jornalista fez durante a sua estadia na cidade.

Se considerarmos que o “escritor” escreve aos seus contemporâneos²⁰¹, podemos sugerir que a publicação de um livro com o teor que encontramos em *A força do povo*, provavelmente atingiu um amplo público de jovens universitários, dos quais, muitos recém-desacreditados com o socialismo “real”, vivendo o pós-maio de 68, envolvidos com novos movimentos sociais e que iriam buscar novas experiências políticas, influenciados, por exemplo, por relatos de experiências das esquerdas europeias que já haviam repensado suas práticas na década de 1960 e 70²⁰². Silva, referindo-se ao público que visitava Lages no início da década de 80, aponta que “não resta dúvidas que foi um público seleta, intelectuais e jovens universitários em sua maioria”²⁰³. A autora ainda argumenta que:

Com a chamada abertura, no fim do governo Geisel, as pessoas começaram a perder o medo de falar, estavam ansiosas para discutir; os jovens universitários da chamada geração AI-5, estavam ávidos por conhecer o inacessível durante longos anos, e a divulgação do projeto alternativo de Lages coincidiu com esse período²⁰⁴.

Ao consultar o banco de dados de filmografia da cinemateca brasileira, encontramos a ficha de registro de “*Lages, a força do povo*”²⁰⁵, de Tetê Moraes. A classificação da cinemateca determinou as categorias do filme como: “longa metragem, sonoro, não ficção”. E logo abaixo, reproduz a sinopse do filme:

O filme registra a prática de uma administração municipal com a participação da comunidade na busca de soluções criativas e apropriadas à realidade local. Os protagonistas de Lages são os contadores de causos, músicos, trovadores e artesãos das “mostras do campo”, jovens e adultos

²⁰¹ SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3 ed. São Paulo: Ática, 2004.

²⁰² SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.* p.18.

²⁰³ *Idem. Ibidem.* p.15.

²⁰⁴ *Idem. Ibidem.* p.18.

²⁰⁵ CINEMATECA BRASILEIRA. Base de dados: filmografia, registro ID=025302 “*Lages, a força do povo*”, 1982. Disponível em: <http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=025302&format=detailed.pft>Acesso em Jun. 2013.

que participam dos encontros culturais, o pessoal das associações de moradores, dos núcleos agrícolas, das hortas comunitárias, agentes que fazem funcionar o programa de medicina comunitária, pessoas que constroem suas casas em mutirão e recolhem doações de materiais, crianças e professores que vivem uma nova pedagogia, pequenos comerciantes que se organizam numa associação, o grupo de teatro de bonecos Galha Azul e um fazendeiro que critica esta opção administrativa comunitária.

Podemos observar que a sinopse do filme apresentada pela ficha, é praticamente um resumo dos projetos especiais da “Equipe Dirceu Carneiro”, projetos que também foram descritos no livro de Márcio Moreira Alves. No fim da descrição, sugestivamente, o contraste é realizado com o “fazendeiro que critica esta opção administrativa comunitária”. Pequeno agricultor/fazendeiro, operário/empresário, moradores de bairros, esses são os sujeitos de vários outros documentários como *Associação dos Moradores do Guararapes* de Sérgio Peo²⁰⁶, vencedor do melhor curta-metragem do festival de gramado em 1979 ou *ABC da Greve*, de Leon Hirzsmann, de 1979, no qual discute a greve do ABC e coloca os conflitos dos operários em contraponto a argumentação dos patrões.

Hoje podemos, portanto, a partir dos testemunhos, dos depoimentos, dos registros como o livro de Alves e o documentário de Moraes sobre a experiência da “força do povo”, refletir sobre nós mesmos. Afinal, ela foi uma experiência situada dentre várias tantas outras lutas por democracia no século XX. Foi um momento onde atores sociais se organizaram em buscas de alternativas: o estudante universitário das camadas da classe média, as classes populares, os partidos progressistas, jornalistas, editores, trabalhadores organizados em núcleos agrícolas e sociedades de bairros.

Podemos dizer que “A força do povo”, “A equipe Dirceu Carneiro”, Tetê Moraes, Márcio Moreira Alves, as associações de bairros e todos os outros, são partes de um processo. Um processo político e econômico, ligado a uma nova fase de industrialização no país onde os novos sujeitos “entraram em cena”, onde as questões se alteraram e das quais muitas daquelas demandas ainda estão por serem

²⁰⁶ ASSOCIAÇÃO de moradores de Guararapes. Sérgio Peo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UaK9M9OwaqI>. Acesso em Jun. 2013.

resolvidas no presente. No mínimo, “A força do povo”, se constituiu como uma lição histórica de tentativa de respeito a coisa pública, em uma cidade que, como tantas outras, contou com quase oitenta anos de confusão entre o público e o privado, e que ainda hoje ainda convive com pessoas tentando estender os domínios da sua sala de estar ao gabinete do prefeito: os fazendeiros, doutores, alguns empresários e “coronéis”, que se transformaram em demagogos e neoliberais do século XXI, embutidos em partidos representantes das elites, verdadeiros abutres em cima do dinheiro público. Nas palavras de Dirceu Carneiro, referindo-se aos partidos: “[...] nas democracias formais está a serviço de grupos dominantes, distorção que precisa ser corrigida”²⁰⁷.

²⁰⁷ Citado por SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.* p.96.

Considerações finais

Esse trabalho surgiu de inúmeras inquietações e reflexões sobre história. São questões que foram aparecendo no decorrer do processo de pesquisa e foram se materializando na escrita e na abordagem, a partir de uma perspectiva histórica, intimamente ligada à formação do autor. Hobsbawm já havia assinalado que toda história é história contemporânea disfarçada e que, como todos sabemos, existe algo de verdade nisso²⁰⁸. Cabe aludir, diante disso, algumas considerações sobre o que, acreditamos, implica diretamente na presente monografia; se há, evidentemente, muitos fatores que nos fogem a compreensão, porém, há outros que se colocam em uma dimensão bem clara e inteligível, e sobre esses cabe um rápido registro.

Em um contexto um pouco mais amplo, este trabalho está envolvido com a retomada dos estudos sobre política nas últimas décadas. Na obra “*Por uma história política*”²⁰⁹, organizada pelo historiador francês René Remond, várias questões foram abordadas - tanto aquelas que colaboraram para o declínio desta disciplina (entre 1929 e 1970), como também aquelas ligadas ao seu ressurgimento (após 1970). Os autores discutem nos capítulos dessa obra, a centralidade que passa a ter o Estado nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento de políticas públicas, os fenômenos eleitorais, as relações entre mídia e política, o associativismo civil, entre outros. Admite-se, assim, que “o político também pode ser um objeto de conhecimento científico assim como um fator de explicação de outros fatos, além de si mesmo”²¹⁰. Antes “havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades”²¹¹, agora:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política²¹².

²⁰⁸ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 2013, p.315.

²⁰⁹ REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

²¹⁰ *Idem*. O retorno do político. In: CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.51.

²¹¹ REMOND, René. *Ibidem*. p.18.

²¹² *Idem*. *Ibidem*. p.24.

Sobre o fenômeno das eleições, René Remond aponta que ainda merecem estudos, visto a renovação do papel das municipalidades e sua importância histórica²¹³. Em relação ao associativismo, Jean-Pierre Rioux chamou a atenção, para o fato de a associação se tornou, a partir da revolução francesa, um direito natural, uma liberdade pública, em busca de reconhecimento no século XX²¹⁴.

Não podemos negligenciar também que “a renovação da história política foi, em verdade, parte da renovação da história como um todo, liderada pelo que se denomina terceira geração dos Annales”²¹⁵. Além disso, há de se considerar, de outro lado, as mudanças na corrente do materialismo histórico, uma das principais correntes do pensamento ocidental do século XIX e XX. Autores como o italiano Antônio Gramsci e os ingleses Raymond Williams e E. P. Thompson “enriqueceram muito esta vertente historiográfica”²¹⁶. No caso de Gramsci, sua particularidade está principalmente na sua “complexificação” do Estado, pois, “além da estrutura repressiva-coercitiva, da sociedade política, o Estado ampliado inclui a sociedade civil [...]”²¹⁷. No Brasil, um dos grandes intelectuais responsáveis pelo legado de Gramsci, foi Carlos Nelson Coutinho, cujos trabalhos são considerados nesta pesquisa.

Ainda dentro de um contexto amplo, podemos citar outro ponto: a história do tempo presente e os estudos contemporâneos. Na obra organizada por Agnes Chauveau e Philippe Tétard, *Questões para a história do presente*²¹⁸, diversos autores demonstram como o “imediato” e o “presente”, passam paulatinamente para a atenção de pesquisadores, principalmente, a partir dos grandes eventos do século XX como a II Guerra Mundial e o fim da União Soviética, em 1989. São períodos nos quais se problematizam as “memórias coletivas”, o esquecimento, a “verdade”, bem como a própria escrita da história.

Com as diversas mudanças ocorridas nesse curto espaço de tempo, com a “aceleração do tempo”, as mudanças sociais, econômicas e políticas de diferentes níveis, a sociedade demandou e instigou os

²¹³ REMOND, René. *Op. Cit.* p.49.

²¹⁴ RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.18/19.

²¹⁵ BURKE, Peter *apud* PEREIRA, Laurindo Mékie. A nova história política e o marxismo. *Revista OPSIS*, UFG, v.8. n.11, 2008. p.101.

²¹⁶ PEREIRA, Laurindo Mékie. A nova história política e o marxismo. *Revista OPSIS*, UFG, v.8. n.11, 2008. p.108.

²¹⁷ *Idem. Ibidem.* p.110.

²¹⁸ CHAUCHEAU, A; TÉTARD, Ph. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

pesquisadores a elaborar estudos a fim de compreender o seu tempo. Aí se incluí, e talvez fundamentalmente, o trabalho dos historiadores, que então passaram a se debruçar sobre temas “recentes” e com temas dos quais muitas vezes estavam intimamente envolvidos. No Brasil, atualmente, tem-se como “demanda social”, ainda que localizada e não generalizada, estudos sobre a ditadura militar, tendo em vista o surgimento das comissões da verdade, que retomam o debate em torno da memória política do país, além dos lançamentos de livros e filmes sobre o assunto.

É importante mencionar, além disso, que a história social oferece para os historiadores, reflexões fundamentais para compreender o processo histórico. Hobsbawm, nesse sentido, argumenta que os problemas sociais e políticos da cidade, surgem essencialmente das interações das massas de seres humanos vivendo em estreita proximidade [...] a história urbana “precisa continuar a ser a preocupação central dos historiadores da sociedade, no mínimo porque revela – ou pode relevar – aspectos específicos de mudança e estrutura societária com que os sociólogos e os psicólogos estão singularmente preocupados”²¹⁹. Antônio Luigi Negro enfatiza que “ainda há muita pesquisa e discussão a fazer sobre a instalação das ocasiões – históricas – em que é possível implantar e consolidar a cidadania como marca de nossas relações políticas e cotidianas”²²⁰.

De outro lado, nos influenciámos também, por convicções de que a história possui uma função social, em que pese os debates que isso vem gerando. Para nós, trata-se de impedir a instrumentalização do esquecimento como prática contra as democracias de uma história que é ao tempo, conforme expressão de Francisco Carlos Teixeira, “recente e esquecida”²²¹. No campo de batalha das memórias as lutas são incessantes, pois, como enfatiza Daniel Reis: “os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva”²²².

E para finalizar, refletindo a cerca da experiência que estudamos neste trabalho e de uma forma geral, sobre todo processo por qual passou a cidade, nos remetemos ao pensamento de Florestan Fernandes, que enfatizou que a causa da democracia, como tal, está onde sempre

²¹⁹ HOBBSAWM, Eric. *Op. Cit.* p.124.

²²⁰ NEGRO, Antonio Luigi. Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita. In: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre. (org.) *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. São Paulo: EDUSP, 2007.p.87.

²²¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Op. Cit.* p.245.

²²² REIS, Daniel Aarão. *Op. Cit.* p.30.

esteve no Brasil: na capacidade de ação construtiva das massas pobres, os quais precisam da democracia para sair da miséria, da exclusão e da “morte política”²²³. E nesse sentido, Carlos Nelson Coutinho, referindo-se aos “novos institutos democráticos”, as associações civis, os comitês de bairro, de empresa, organizações culturais, nos lembra que “é por meio deles que as massas populares, e em particular a classe operária, organizam-se de baixo para cima, a partir das bases, constituindo o que poderíamos chamar de sujeitos políticos coletivos”²²⁴.

Desta forma, a experiência da “força do povo” merece ser revisitada por mais pesquisadores. Acreditamos que deixamos muitas perguntas no ar por se tratar de uma monografia de curto alcance. São experiências como estas que indicam alternativas concretas para os novos movimentos sociais e nos dão fôlego para pensar as lutas democráticas pelas quais ainda estamos vivendo. Por fim, essas seriam algumas conclusões, ainda que muito gerais, que acreditamos ter orientado este trabalho, seus recortes, suas problematizações, seus limites e suas “motivações”. No fim, temos esperança, mas como alertou Florestan: “o mal das esperanças é que elas, por si mesmas, não movem a história”²²⁵.

²²³ FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.* p.35.

²²⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Op. Cit.* p.23.

²²⁵ FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.* p.36.

Referências

AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Dissertação de Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia: 1964 (...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

ARRUDA FILHO, Raul. *Baruio di purungo: literatura no planalto serrano de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2000.

BOGACIOVAS, Marcelo. Antigos proprietários rurais de Lages. *Revista da ASBRAP*. n° 2, s/d.

BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2005.

CALAZANS, Maria Julieta C. et. Al. *Produção de educação e cultura popular – a experiência de Lages 1977-1982*. Florianópolis: FAPEU, 1983.

CAON, Edézio Nery. *Estórias de minha cidade*. Lages: gráfica Wilson, 1978.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O bipartidarismo em Santa Catarina (1965–1979). In: *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados* vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nov. 2005

COELHO, Silvio. *Nova História de Santa Catarina*. 5 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

COSTA, Licurgo. *Clube 14 de Junho: oito décadas de uma vida gloriosa*. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2 ed. Rio de Janeiro: salamandra, 1984.

_____. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda 1967-1973. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAVERO, Tâmyta Rosa. *Tramas e desenlaces: o cenário político na “velha Lages” durante a ditadura militar (Lages, SC, Década de 70)*. Monografia. Florianópolis: UDESC, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: Queroz, 1982.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia: 1964 (...)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GASPARI, Elio. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras, 2013

KOONINGS, Kees. O “Exército Político” brasileiro: faccionalismo militar e a dinâmica do regime de 1964-1985. Tradução de Sérgio Lamarão. In: *Revista Militares e política*. N. 6. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Jan-Jun. 2010.

KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Brasil do “milagre” a “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MARTENDAL, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a inclusão do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

MATHIAS, Suzeley K. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973 – 1979)*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região serrana*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990.

MUNIZ, Vanessa Aparecida. *Sociabilidades e namoros na década de 70 – Lages (SC)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UDESC, 2012.

NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi. Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita. IN: MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre. (org.) *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. São Paulo: EDUSP, 2007

NUNES, Paulo de Tarso. “*Se a clube não deu, é porque não aconteceu*”: *Rádio clube de Lages, comunicação e poder político na região serrana de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: Uniplac, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUINTEIRO, Jucirema. *A “Força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo, esta experiência?* Dissertação de mestrado em Filosofia da educação. São Paulo: PUC, 1991.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

REIS, José Carlos. *Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento, histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil da abertura: de 1974 à constituinte*. 5 ed. São Paulo: Atual, 1990.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988,

SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: ed. Best Seller, 1999.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3 ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

SCHEIBE, Cristina. *Associação de Bocaina: uma conquista dos agricultores*. Projeto Universidade na Roça: UFSC, 1988.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3 ed. São Paulo: Ática, 2004.

SCHWALB, Loren Fischer. *O teatro nas ruas de Lages: reconstrução do imaginário cênico em espaços públicos – as experiências do grupo Galha Azul (1970) e do grupo de teatro Menestrel Faze-dô (1990)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2009.

SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil república: In: *Lima Barreto: Contos completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Elizabeth Farias da. O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982). Dissertação de Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1985.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano:*

o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Mostras do campo de Lages: educação e cultura na democracia participativa (1977 – 1983)*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da Ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* 3 ed. São Paulo: Brasiliense: 1985.

Disponíveis Online:

ASSOCIAÇÃO de moradores de Guararapes. Sérgio Peo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UaK9M9OwaqI>. Acesso em Jun. 2013.

CASTRO, César. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar: *O golpe de 1964*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_golpe_de_1964 Acesso em Mai. de 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina. Fatos e imagens: o AI-5. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em mai. de 2013.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n.4, p. 3-12, 2001. p.4. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002 Acesso em Mai. 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. *Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica-educativo-cultural e política*. Pro-posições, Campinas, v.22, n.3 (66), set/dez 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000300010&script=sci_arttext Acesso em Jun. 2013.

WOLFF, Cristina. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. In: *Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC*, v.1, n. 1, 2009. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/428/148>. Acesso em jun. 2013.

Instituições pesquisadas:

Biblioteca Pública do município de Lages
Biblioteca Prof. Barreiros Filho
Instituto Dirceu Carneiro
Museu Thiago de Castro
Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC
Universidade Federal de Santa Catarina

Fontes:

ALVES, Márcio Moreira. *A força do Povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Câmara Municipal de Lages. *Memórias do legislativo lageano*. Governo do Estado de Santa Catarina. 2008.

CINEMATECA BRASILEIRA. Base de dados: filmografia, registro ID=025302 “Lages, a força do povo”, 1982. Disponível em: <http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=025302&format=detailed.pft> Acesso em Jun. 2013.

COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências políticas, 1901*. Coleção Catarinense: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2003.

Encadernação 27/10/45 a 19/10/46 e Encadernação 09/12/44 a 20/10/45. Museu Thiago de Castro em Lages.

LAGES, a força do povo. Produção e direção de Maria Teresa Porciúncula Moraes (Tetê Moraes). Rio de Janeiro: Embrafilme, 1982. 16mm, COR, 70min, 770m, 24q, Eastmancolor.

PIXURUM. Vianeí: dez anos. Lages. N.39. Ano 5. dez. 1993.

Suplemento especial do Correio Lageano. *Os bairros de Lages*. O bairro Petrópolis. 8 de Nov. de 1998. Disponível na biblioteca da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC).